

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAMILA SCHLATTER FERNANDES

**O REBALANCEAMENTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS:
IMPACTOS INTERNOS E EXTERNOS DA NOVA TRAJETÓRIA ECONÔMICA**

Porto Alegre

2017

CAMILA SCHLATTER FERNANDES

**O REBALANCEAMENTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS:
IMPACTOS INTERNOS E EXTERNOS DA NOVA TRAJETÓRIA ECONÔMICA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Camila Schlatter

O Rebalanceamento do Crescimento Econômico Chinês: impactos internos e externos da nova trajetória econômica / Camila Schlatter Fernandes. -- 2017.
71 f.

Orientador: André Moreira Cunha.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. China. 2. Economia chinesa. 3.
Rebalanceamento. 4. Modelo chinês. 5. Desaceleração
econômica. I. Cunha, André Moreira, orient. II. Título.

CAMILA SCHLATTER FERNANDES

**O REBALANCEAMENTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS:
IMPACTOS INTERNOS E EXTERNOS DA NOVA TRAJETÓRIA ECONÔMICA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof Dr. André Moreira Cunha – Orientador

UFRGS

Prof Dr André Reis da Silva

UFRGS

Prof Dr Andrés Ernesto Ferrari Ferrari

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Eu começo meus agradecimentos dedicando esse trabalho a todos aqueles que contribuíram para a minha trajetória e para me tornar quem eu sou hoje. Aos meus pais, pelo carinho e amor dedicados ao longo da minha vida. Pai e mãe, eu não teria atingido essa conquista hoje se não fosse todo o suporte dado por vocês, desde que eu era criança. À minha irmã, que desde pequena tem o dom de alegrar nossos dias com seu jeito tão particular de ser.

Aos colegas do curso de economia que, ainda que tenham sido tantos ao longo desses anos, cada um contribuiu um pedacinho para chegar até aqui. À minha turma original, Raphael Castro, Pietro Vaccari, Ricardo Borges. Aos amigos que encontrei ao longo do curso, Gildete Rosa, Michele Tiecher, Ellen Chadna Carbonari, Alcides Mirabelli, Guilherme Ziebell, Ben-Hur Petry, Uriel Kveller, Bruno Fridman, Cesar Prazeres, Priscila Von Dietrich. Meu muito obrigada a todos vocês. Marina Garcia, deixo aqui um agradecimento especial pra ti. Tenho certeza que encontrei em ti uma amiga-irmã pra vida. Um muito obrigada a todos os professores do curso, em especial ao meu orientador Professor Dr André Moreira da Cunha, pelas valiosas contribuições e pela atenção dada na elaboração desse trabalho.

Aos meus colegas da ESPM, pelo apoio dado ao longo das duas faculdades e por, muitas vezes, compreenderem minha ausência, João Jung, Bruna Contieri, Renato Ungaretti, Enrique Taborda, entre tantos outros. João, obrigada pela parceria acadêmica e de vida inestimável, devo muito à ti. Aos professores da ESPM, Gabriel Adam, Diego Pautasso, Ana Simão, Fábio Pesavento, Patrícia Palermo, Bruno Lima Rocha. Vocês foram essenciais para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos colegas do WRI e ao time de DU pelo trabalho incrível em busca de cidades mais sustentáveis e humanas pras pessoas. Às minhas amigas de vida, Fernanda Martins, Carolina Martins, Bruna Lucas, Rayssa Natale, Beatriz Grillo, Mariá Nunes, Sophia Borba, Júlia Lottermann, Carolina Sulzbach, Mariana Carlotto, Mariana Adhira Tolla, Grazielle Moraes, Marina Fonseca, Laura Grippa, Paula Picos, Amanda Lemos Amorim, pelo carinho e por estarem sempre ao meu lado. Aos nove irmãos que eu ganhei esse ano – Eshana, Veera, Muktanand, Ayanna, Abhay, Chetana, Ishan, Amrit, Deepta. Muito obrigada por me ensinarem o significado de presença, entrega e amor de uma maneira que eu nunca tinha imaginado ser possível. Meu coração não cabe em mim quando estou com vocês! Um obrigada especial ao Namastê e a todos os amigos lá feitos, por me ensinarem que a vida pode ser muito mais rica e real quando vivida por inteiro. À todos vocês, meu muito obrigada.

RESUMO

É inquestionável o crescimento da economia chinesa nos últimos anos. O país, que nos anos 1950, representava apenas 5% da economia mundial, tornou-se, nos anos 2000, a segunda maior economia do globo e o polo dinâmico de crescimento da Ásia e do mundo. Seu modelo de crescimento, calcado no binômio investimentos-exportações, já apresentava sinais de esgotamento após décadas de elevado desempenho. Assim, quando a crise financeira global de 2008 irrompe, torna-se clara e imprescindível a necessidade de rebalanceamento do crescimento chinês, processo que já vinha se iniciado a passos lentos nos anos anteriores. Partindo desse contexto, o presente trabalho busca analisar quais os impactos internos e externos do rebalanceamento do crescimento econômico chinês. A partir do estudo da internacionalização da economia chinesa e de evidências do desempenho econômico chinês e de sua mudança de rumo, demonstra-se que o rebalanceamento apresenta como consequências internas um modelo de crescimento mais intensivo em consumo doméstico e no setor de serviços, em detrimento do binômio investimento-exportação, que até então caracterizava o modelo de desenvolvimento chinês. Externamente, estima-se que no curto prazo os impactos sejam, no geral, negativos para a economia mundial, especialmente para as economias asiáticas e para os produtores de *commodities*.

Palavras-Chave: China. Economia chinesa. Rebalanceamento. Modelo chinês. Desaceleração econômica.

ABSTRACT

It is unquestionable the growth of Chinese economy in the last years. The country, which in the 1950s represented only 5% of global economy, became, in the 2000s, the second economy of the world and Asia's and world's dynamic center of growth. Its growth model, based in the investment and exports binomial, already presented signs of exhaustion after decades of high performance. Therefore, when 2008's global financial crises arises, it become clear and indispensable the necessity of rebalancing the Chinese growth, a process that had slowly started in the previous years. From this context, it is aimed to analyze which are the internal and external impacts of rebalancing Chinese economic growth. From the study of the internationalization of the Chinese economy and from empirical evidences of the Chinese economic performance and its new course, it is shown that rebalancing has as internal consequences a consumption and services intensive growth model, instead of the investment-exports binomial that so far characterized the Chinese development model. Externally, it is estimated that in the short run the impacts are, in general, negative for the world, especially for Asian economies and commodities exporters.

Key Words: China. Chinese Economy. Rebalancing. Chinese model. Economic slowdown.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População – China, em bilhões de habitantes	33
Gráfico 2: Participação do PIB chinês no PIB Mundial (US\$ e PPC).....	33
Gráfico 3: Crescimento anual do PIB (%) e preços anuais ao consumidor (%) – China.....	34
Gráfico 4: Crescimento anual do PIB (%) em economias selecionadas	35
Gráfico 5: PIB baseado em PPC, participação no PIB mundial (%).....	36
Gráfico 6: Valor adicionado ao PIB (%) – China	37
Gráfico 7: Contribuição para crescimento do PIB.....	38
Gráfico 8: Poupança e Investimento (% do PIB) - China	39
Gráfico 9: Exportação e importação de bens e serviços (bilhões US\$) - China.....	40
Gráfico 10: Destino das exportações chinesas (2015).....	41
Gráfico 11: Participação das exportações de mercadorias no total global (%)	42
Gráfico 12: Exportações por categorias (bilhões US\$) - China	42
Gráfico 13: Abertura comercial (% PIB) – China.....	43
Gráfico 14: Entrada e saída de Investimento Direto Externo (IDE) (bilhões US\$) - China ...	44
Gráfico 15: Conta corrente e conta capital e financeira (bilhões US\$) - China.....	45
Gráfico 16: Reservas chinesas, menos ouro (bilhões US\$).....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio

IED – Investimento Externo Direto

OCS – Organização para a Cooperação de Shangai

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

PPC – Paridade de Poder de Compra

PQ – Plano Quinquenal

RPC – República Popular da China

TRIPS – Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZDET – Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

ZEE – Zona Econômica Especial

ZPE – Zona de Processamento de Exportações

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DA CHINA IMPERIAL À MODERNIZAÇÃO SOCIALISTA	14
2.1. A CHINA IMPERIAL	14
2.2. DA TRANSIÇÃO À REPÚBLICA CHINESA	17
2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA	21
3.1. MODERNIZAÇÃO SOCIALISTA: REFORMA E ABERTURA AO EXTERIOR	21
3.2. O PÓS-GUERRA FRIA E A INSERÇÃO REGIONAL.....	25
3.3. A ENTRADA NA OMC E O INÍCIO DO SÉCULO XXI	29
4. O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS E OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008	33
5. O REBALANCEAMENTO ECONÔMICO E OS IMPACTOS DA NOVA TRAJETÓRIA	47
5.1. REBALANCEAMENTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS.....	47
5.2. IMPACTOS DO REBALANCEAMENTO CHINÊS	54
5.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6. CONCLUSÃO	62
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a China tem apresentado um lugar de destaque no cenário internacional, especialmente no meio acadêmico. Diversos são os estudos que tratam da condição de ascensão chinesa à potência mundial, política e economicamente. Arrighi (1996, 2008), ao analisar os diferentes ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo histórico e o movimento de ascensão e declínio das hegemonias mundiais, afirma que este seria marcado atualmente pelos Estados Unidos como centro hegemônico do capitalismo em declínio, em oposição ao leste asiático como centro emergente de acumulação – o novo núcleo de liquidez mundial. Sua análise, que tem início em *O longo século XX* (1996) com destaque para o dinamismo da economia japonesa, toma nova forma em *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI* (2008) ao afirmar que a China, em sua trajetória de desenvolvimento ascendente, é o novo polo de poder dinâmico da economia mundial.

Para Jacques (2012) estamos testemunhando, no século XXI, um período de transformação histórica graças ao peso que economias emergentes estão tomando frente ao mundo desenvolvido, entre as quais a China é de longe a economia de maior destaque. Para o autor, a China “é o portador e o motorista do novo mundo, com o qual irá desfrutar de um relacionamento cada vez mais hegemônico” (JACQUES, 2012, p.16, tradução nossa). Da mesma forma, Fiori (2007, p. 93) alega que o leste asiático “(...) é a região de maior dinamismo econômico, dentro do sistema mundial, e, ao mesmo tempo, é onde está em curso a competição mais intensa e explícita, pela hegemonia regional”, marcada entre Estados Unidos e China. Pautasso (2012) vai ao encontro dos trabalhos supracitados ao afirmar que o sistema internacional está passando por uma fase de transição sistêmica, decorrente do declínio da ordem mundial estabelecida no pós-Segunda Guerra e centrado pelos Estados Unidos e da conseqüente ascensão da China como novo polo de poder em curso.

Esse movimento suscitou debates acerca do tipo de ascendência chinesa que, segundo Bijan (2005), pode ser caracterizada segundo o conceito de *ascensão pacífica*, tendo em vista que sua emergência é caracterizada por capitais, tecnologia e recursos adquiridos por meios pacíficos. Vadel *et al.* (2014) destaca a mudança geoeconômica e geopolítica em curso com base na noção de um novo modelo, o Consenso de Pequim. A expressão original, Consenso de Pequim, foi sugerida por Joshua Ramo (2004). Segundo o autor, o conceito caracterizaria um novo modelo de poder e desenvolvimento em substituição ao já desacreditado Consenso de Washington. De maneira geral, enquanto este é representado pelo modelo neoliberal de ajuste e reforma, produto da ordem liberal e das instituições estabelecidas pela ascendência

dos Estados Unidos; o Consenso de Pequim seria marcado por inovação e experimentação constante, ênfase na qualidade de vida e desenvolvimento, além de autodeterminação – marcas do desenvolvimento chinês. (RAMO, 2004; VADEL *et al.*, 2014).

Fato é que, para todas as análises citadas, a dimensão econômica da ascensão chinesa à condição de potência é um dos aspectos cruciais. Tendo em vista a importância da China para a economia mundial, Maddison (1998), por exemplo, busca estudar as origens do crescimento econômico chinês em seus primórdios, para que se possa compreender a China contemporânea. A China hoje é a segunda maior economia do globo, apresentando uma taxa média de crescimento de aproximadamente 10% nos últimos 30 anos (INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF, 2017a). Seu processo de desenvolvimento recente tem início com a era Mao Tsé-Tung, a Revolução Comunista de 1949 e com a República Popular da China (RPC), que introduziram as reformas básicas para a arrancada econômica das décadas seguintes. As Quatro Modernizações de Deng Xiaoping foram essenciais para a forte industrialização chinesa e para a abertura gradual ao exterior a partir dos anos 1980, consolidada na década de 1990. A entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) no início do século XXI marcaria o aprofundamento da abertura chinesa e da sua inserção definitiva na globalização econômica.

Desde então, seu crescimento vem sendo impressionante. Um conjunto de características estruturais – como as altas taxas de investimento e de mão de obra disponível, o processo de urbanização e os investimentos em capital humano – foram essenciais para o desempenho chinês nas últimas décadas. A transição bem sucedida de uma economia socialista para uma economia de mercado garantiu a abertura de seus mercados ao mesmo tempo em que a competitividade da economia crescia, garantindo o crescimento acelerado de acordo com os objetivos estatais. Ainda, grande parte do crescimento econômico chinês recente é fruto das relações desenvolvidas em seu legado histórico, tal qual a sociedade comercial e empreendedora do setor agrícola tradicional e a reemergência de laços comerciais com Hong Kong, Taiwan e o Sudeste Asiático. (NAUGHTON, 2007).

A crise financeira global de 2008, por sua vez, se colocou como um desafio ao processo de ascensão chinesa, suscitando diversos debates acerca do esgotamento ou não de seu modelo de crescimento (DAMAS, 2014). Em um contexto de menor demanda para a capacidade chinesa, suas exportações, importações e a entrada Investimento Externo Direto (IED) declinaram, o crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) tornou-se mais brando e a taxa de desemprego cresceu. A resposta do governo chinês, com pacotes de incentivo a investimentos, permitiu o país a responder à crise (MORRISON, 2015). Ainda assim, segundo

Damas (2014, p. 106), “(...) a crise financeira que se iniciou em 2008 patenteou a necessidade de mudança de modelo econômico”, que será distribuído pelo comércio internacional e que impõe à china a necessidade de rebalancear seu crescimento via consumo interno e não produção. Sob essa perspectiva, para Pautasso (2015), a crise acelerou ainda mais o processo de reordenamento do poder global em curso até então.

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a investigar o rebalanceamento do crescimento econômico chinês. Ou seja, como o rebalanceamento frente à nova trajetória econômica, dado o contexto de pós-crise financeira global de 2008, impactou interna e externamente a economia chinesa. Busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: **quais os impactos internos e externos do rebalanceamento do crescimento econômico chinês?** Como categorias de análise para os impactos internos, pretende-se estudar os principais indicadores que caracterizem o modelo de crescimento chinês – como um crescimento puxado por investimentos e exportações, além dos superávits em conta corrente, e assim por diante – e o desempenho destas variáveis no processo de rebalanceamento da economia. Já quanto aos impactos externos, serão estudadas as repercussões desse processo para indicadores globais – como o crescimento do produto, os preços de *commodities*, as importações chinesas, entre outros –, bem as consequências para as diferentes regiões e economias individuais.

Para discutir esta questão, parte-se da premissa de que a desaceleração econômica chinesa pós-2008 tornou evidente a necessidade de rebalanceamento de seu crescimento econômico o que, como consequência, tem repercussão direta sob a economia mundial. São, portanto, objetivos específicos do presente trabalho: i) apresentar, brevemente, a história da China imperial e socialista, para ser possível compreender o ponto de partida da internacionalização de sua economia; ii) estudar o processo de internacionalização da economia chinesa após 1978; iii) apresentar as evidências de desaceleração recente da economia chinesa e, assim, apresentar os impactos da crise de 2008 nos principais indicadores econômicos chineses; e iv) analisar os impactos do rebalanceamento do crescimento econômico chinês para sua própria economia, além de seus desdobramentos para a economia mundial.

Assume-se a hipótese de trabalho de que o processo de internacionalização da economia chinesa é dinâmico e não linear, vale dizer, o menor crescimento pós-2008 e o seu rebalanceamento não significam, necessariamente, uma reversão na tendência prévia de maior participação da China nos fluxos econômicos globais. Como consequência desse processo, presume-se que deverão ocorrer mudanças qualitativas externas e internas, tais como: maior ênfase na internacionalização de suas empresas e na diversificação de seus mercados de

destino; menor dependência do binômio investimento-exportações; e busca por maior sofisticação tecnológica e eficiência energética na produção de seus bens e serviços; dentre outras dinâmicas emergentes.

Sendo assim, o presente trabalho utilizará uma vertente de pesquisa quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa aplica-se com o objetivo de possibilitar uma maior compreensão e interpretação para a ascensão chinesa a partir das dimensões propostas, bem como sua estratégia de inserção internacional. Por outro lado, a pesquisa quantitativa torna-se necessária para que seja possível observar as evidências do fato a ser estudado. Dessa forma, a análise quantitativa de dados e indicadores econômicos da economia chinesa, a partir da consulta a banco de dados estatísticos, servirá como suporte para a resposta ao problema de pesquisa proposto. (GERHDART E SILVEIRA, 2009).

Quanto aos objetivos da pesquisa, ela pode ser classificada como exploratória, visto que busca esclarecer um problema ao realizar uma primeira aproximação com o tema. Quanto aos procedimentos de pesquisa, serão utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. A escolha de ambas as técnicas de pesquisa se deu pelos benefícios de sua utilização, bem como pela convergência entre estas com o tipo de pesquisa escolhido. Toda pesquisa científica prescinde de certo grau de levantamento de dados, o que é passível de ser feito pelos dois procedimentos de pesquisa destacados acima (GIL, 1999; MARCONI E LAKATOS, 2006 SANTOS, 2006).

Para realizar o objetivo proposto, o trabalho divide-se em quatro capítulos, para além da presente introdução e conclusão. Um primeiro capítulo estudará a história da China Imperial à modernização socialista, sendo dividido em duas seções: uma primeira, sobre a China Imperial; e a segunda, sobre a transição à República Popular da China. O segundo capítulo tratará da internacionalização da economia chinesa, sendo esta dividida em três fases: i) as reformas de 1978, com Deng Xiaoping, ao início da década de 1990; ii) a abertura chinesa da década de 1990 e a proximidade com as potências regionais; iii) a entrada da China na Organização Mundial do Comércio e a internacionalização de sua economia no século XXI. O terceiro capítulo, a partir de indicadores econômicos, evidenciará o crescimento econômico chinês e os impactos, neste, da crise de 2008. E, por fim, o último capítulo abordará o rebalanceamento do crescimento econômico chinês, sendo dividido em duas seções – uma primeira, para abordar as consequências internas do rebalanceamento, e a segunda, de suas repercussões para a economia mundial.

2. DA CHINA IMPERIAL À MODERNIZAÇÃO SOCIALISTA

Compreender a ascensão chinesa e o papel que esta ocupa na economia mundial atualmente é, também, levar em consideração a história milenar desse país. Segundo Maddison (1998, p.13, tradução nossa), “(...) uma análise comparativa da performance chinesa pode providenciar novas perspectivas na natureza e nas causas de seu crescimento econômico”. Tendo isso em mente, o presente capítulo pretende apresentar brevemente em duas seções a trajetória da China imperial à Revolução Comunista.

2.1. A CHINA IMPERIAL

A China imperial, cujas origens remontam a antes de Cristo (a.C.), é o ponto de partida para a China moderna que conhecemos hoje. Foi na dinastia Qing, a última dinastia da China imperial, tal qual pode ser visto no quadro 01, que ocorre o processo de abertura e aproximação mais intenso com o mundo Ocidental. (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006).

Quadro 1: Grandes períodos da China Imperial

Zhou do Leste	771-256 a.C.
Estados em guerra	403-221 a.C.
Qin	221-206 a.C.
Han anterior	206 a.C. – 8 d.C.
Han posterior	25-220
Período da desunião Norte-Sul	220-589
Wei do Norte	385-535
Sui	589-618
Tang	618-907
Song do norte com império Liao (Qidan) na fronteira norte	960-1125
Son do Sul com império Jun (Ruzhen) ao norte da China	1127-1279
Yuan (mongol)	1279-1368
Ming	1368-1644
Qing (manchu)	1644-1912

Fonte: Fairbank, Goldman, 2006, p.24.

Nos séculos XVI a XVII, a China imperial era muito mais desenvolvida do que a Europa (CUNHA, 2011; SUKUP, 2002). Enquanto na China se descobriam a pólvora, a bússola e a imprensa, os povos europeus saíam da Idade Média (SUKUP, 2013). A própria

ausência do feudalismo foi um dos motivos que favoreceu o forte desenvolvimento incipiente chinês, se comparado à Europa, graças ao contraste entre a pulverização do poder político do período feudal europeu com a centralização imperial das sucessivas dinastias chinesas (JACQUES, 2012). No entanto, o desenvolvimento do Império do Meio se deu com um isolamento considerável. A supremacia da cultura chinesa, pela ausência de rivais regionais (tanto nos quesitos militares, quanto de proeminência cultural), fez desta o centro de um sistema asiático, com as demais civilizações periféricas submetidas à autoridade do Imperador chinês, tal qual um sistema de vassalagem (KHANNA, 2008; PINTO, P. 2005).

Como consequência, desde cedo a China desenvolveu uma visão sinocêntrica, cuja percepção era de um mundo “governado de forma harmoniosa e pacífica, como uma sociedade ideal, sob o mando de um imperador virtuoso” (PINTO, P. 2005, p. 3). A noção de superioridade cultural chinesa passou a integrar sua própria visão de civilização e, segundo Vaz-Pinto (2014b), nunca deixou de influenciar as concepções nacionalistas e ideológicas chinesas ao longo do século XX.

Ainda assim, o desenvolvimento industrial chinês ocorreu em um processo à parte ao que ocorria com a Europa da Revolução Industrial. Em que pese o tamanho do fluxo comercial provincial na China e sua própria autossuficiência, o Império era deficiente em muitos aspectos, além de ser um país essencialmente agrário. Até mesmo Adam Smith chegou a reconhecer a China como um grande mercado consumidor em potencial, dado a sua extensão ser maior do que todo mercado europeu reunido: na sua visão, a China apresentava um mercado mais desenvolvido e sofisticado (apud FAIRBANK e GOLDMAN, 2006). No século XII, por exemplo, o papel-moeda já era estabelecido e difundido ao norte e ao sul, dado o fluxo comercial da sua economia. A partir de 1820, as capacidades limitadas da China Imperial, por seu tamanho de mercado e restrições institucionais e o dinamismo do comércio exterior de além-mar, foram essenciais para a entrada chinesa no resto do mundo. (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006; JACQUES, 2012).

Tanto o crescimento populacional e do comércio exterior impulsionaram um maior contato chinês com o além-mar. O enfraquecimento da dinastia Qing a partir do final do século XVIII levou a um período (1796 a 1901) de rebeliões domésticas, invasões externas e contraofensivas imperiais. À época, ocorreram as seguintes invasões em território chinês: do Turquistão (1826-1835), a guerra anglo-chinesa do Ópio (1839-1842), a invasão anglo-francesa (1865-1860), da França (1883-1885), a guerra sino-japonesa (1894-1895), a invasão imperialista (1898) e a guerra dos Boxers (1900). Graças a essas incursões, o comércio com a

Europa no início de sua abertura foi determinado por condições geopolíticas: suas principais importações eram ópio e querosene. (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006).

Ainda assim, os primeiros comerciantes a chegarem aos portos chineses foram árabes, no século VII, motivados também por questões políticas, mas especialmente pelo comércio de especiarias, que serviam para a preservação de alimentos. No século X, mercadores chineses já negociavam em portos do sudeste asiático e das ilhas das Índias orientais. No século XV, alguns produtos chineses já eram encontrados na costa leste da África. Apesar de algumas proibições ao comércio externo durante as dinastias Ming e início da dinastia Qing, “com o passar do tempo, essas comunidades comerciais chinesas no exterior [que se desenvolveram a partir de sua expansão comercial marítima] tornaram-se a franja externa ativa de uma China Marítima que contrariava o estilo terrestre e agrário dos impérios Ming e Qing” (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006, p.194).

Os primeiros europeus a chegarem à China foram os portugueses que, desde 1557, estabeleceram relações comerciais com o Império do Meio via o entreposto comercial de Macau (SUKUP, 2002). O comércio com a Europa, em especial com a Companhia das Índias Orientais, criada em 1600, impulsionou fortemente o comércio marítimo chinês. As trocas com mercadores europeus foram concentradas no porto de Guangzhou (Canton), a partir de 1759 (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006). No entanto, o avanço das potências coloniais europeias no século XIX sobre o território chinês levou a diversas derrotas militares, tratados desiguais e perdas territoriais para França, Grã-Bretanha e Rússia (CUNHA, 2011; PAUTASSO, 2012). Segundo Fairbank e Goldman (2006, p.201, tradução nossa),

Embora os tratados da China com a Grã-Bretanha (1842-43), com os Estados Unidos e França (ambos em 1844) e com todos eles e a Rússia em 1858 foram assinados como entre potências de mesma soberania, eles eram na verdade bastante desiguais. A China foi colocada contra sua vontade em uma posição inferior, aberta às incursões do comércio Ocidental e de sua cultura.

Logo esses portos foram transformados em enclaves, entrepostos, comerciais do Ocidente. O período entre 1842 a 1949 ficou conhecido como o século de humilhações da China – não só pelos tratados desiguais a ela impostos, mas também pelas inúmeras incursões e ingerências estrangeiras em seu território. Essas, já citadas anteriormente, foram marcadas por três fases: i) 1842 a 1870, proeminência Britânica; ii) 1870 a 1905, disputa pelo território Chinês entre Rússia, França, Alemanha, Japão e Grã-Bretanha; iii) 1905 a 1940, um período de forte participação e proeminência estrangeira na China. (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006; SUKUP, 2002).

Entre os episódios mais emblemáticos estão as Guerras do Ópio (1839 a 1842 e 1856 a 1860) (VAZ-PINTO, 2014b) as quais, segundo Pautasso (2012, p.46), “(...) determinaram a inserção da China no moderno sistema internacional a partir da desintegração do antigo sistema regional asiático”. As pretensões imperialistas do Japão também recaíam sobre a China desde 1895 com o Tratado de Shimonoseki, o qual, na percepção chinesa, pôs fim ao mundo sinocêntrico. Portanto, de maneira geral, Fairbank e Goldman (2006, p.204/205, tradução nossa) caracterizam o século de humilhações como um período único marcado por quatro principais aspectos:

(...) (1) a crescente abertura chinesa a contratos externos, (2) invasões militares externas consecutivas desde os ataques periféricos da Grã-Bretanha e França às duas invasões japonesas (1894-1895, 1931-1937-1945), (3) invasões comerciais e religiosas ocidentais com início em Guangzhou previamente a 1830 e crescendo continuamente até no mínimo os anos 1930, e (4) a volta por cima chinesa primeiro sob os Nacionalistas e segundo sob os Comunistas.

Com o fim do Império chinês e, mais à frente, do século de humilhações, a transição para a República Popular da China traria esta de volta aos tempos modernos e à retomada do crescimento – o que será abordado no próximo subcapítulo.

2.2. DA TRANSIÇÃO À REPÚBLICA CHINESA

O Império chinês ruiu com a Proclamação da República em 1912 e, aos poucos, Tóquio passou a substituir o papel exercido pelas potências coloniais europeias e seu vazio de poder, já que as atenções destas agora estavam voltadas à Grande Guerra (VAZ-PINTO, 2014a). Segundo Vaz-Pinto (2014a, p.110), à época “(...) a China não tinha ainda sido capaz de assimilar a queda do Império e do mundo sinocêntrico e de se transformar num estado membro da sociedade internacional”.

Esses fatores acentuaram a crise chinesa, que se refletiu na queda relativa da economia e em sua baixa participação no comércio internacional. Segundo Cunha (2011, p.13), “(...) se no começo do século XIX a economia chinesa representava 1/3 da economia mundial, em 1950 tal participação não ultrapassava 5%”. Ainda, enquanto a China representava, à época da Primeira Guerra Mundial, 1,9% do comércio mundial de mercadorias; por outro lado, as participações de Índia e Japão, integrados com o de mercadorias mundial por meio do colonialismo europeu, apenas cresciam (SUKUP, 2002).

As estimativas de Maddison (1998, 2001) ilustram essa trajetória de auge, declínio e retomada da economia chinesa. Até o século XXI, a China era um Estado mais poderoso que

qualquer europeu ou asiático, possuindo níveis de renda maiores que a Europa entre os séculos V e XIV. No entanto, entre 1840 e 1940, a economia chinesa colapsou, período que coincidiu com a penetração estrangeira em seu território, conflitos militares e interrupção do crescimento populacional. Ao mesmo tempo, deu-se a ascensão econômica da Europa ocidental, impactada pelo excepcionalismo ocidental, o advento do capitalismo e as transformações da Revolução Industrial. (MADDISON, 2001). As tabelas abaixo ilustram esse movimento.

Tabela 1: Nível comparativo de desempenho econômico, China e Economias Seleccionadas, 1700 - 1995

	China	Japão	Europa	Estados Unidos	Rússia	Índia	Mundo
PIB (bilhões 1990 dólares internacionais)							
1700	82,2	16,2	83,5	0,6	12,6	81,2	359,0
1820	228,6	20,9	188,0	12,6	33,8	111,0	706,4
1952	305,7	202,9	1.758,2	1.677,1	512,6	226,6	5.916,1
1978	935,9	1.446,2	5.220,9	4.062,3	1.715,2	630,8	18.683,1
1995	3.196,3	2.476,3	7.004,8	6.149,5	648,7	1.437,0	29.421,3
População (milhões)							
1700	138	27	96	1	21	153	594
1820	381	31	167	10	45	209	1.049
1952	569	86	402	158	186	372	2.609
1978	956	115	481	223	261	649	4.264
1995	1.205	126	502	263	148	917	5.664
PIB per capita (1990 dólares internacionais)							
1700	600	600	870	600	600	531	604
1820	600	675	1.129	1.260	751	531	673
1952	537	2.351	4.374	10.645	2.928	609	2.268
1978	979	12.581	10.860	18.251	6.565	972	4.382
1995	2.653	19.720	13.951	23.377	4.383	1.568	5.194

Fonte: Maddison (1998, p.40).

Tabela 2: Participação no PIB Mundial (%), 1700 - 1995

	1700	1820	1890	1952	1978	1995
China	23,1	32,4	13,2	5,2	5,0	10,9
Índia	22,6	15,7	11,0	3,8	3,4	4,6
Japão	4,5	3,0	2,5	3,4	7,7	8,4
Europa	23,3	26,6	40,3	29,7	27,9	23,8
Estados Unidos	0,0	1,8	13,8	28,4	21,8	20,9
URSS/Rússia	3,2	4,8	6,3	8,7	9,2	2,2

Fonte: Maddison (1998, p.40).

Em 1700, como pode ser visto nas tabelas 01 e 02, o PIB chinês se igualava ao PIB europeu e indiano, representando uma participação de 23,1% no produto global. Em 1820, sua participação atingiu 32,4%, maior do que qualquer outra economia apontada na tabela 02. No entanto, a partir de então tem início o declínio econômico citado acima, com sua participação no PIB mundial atingindo 5% em 1978 ao passo que no mesmo ano Europa e Estados Unidos

representavam 27,9% e 21,8% da economia global, respectivamente. Em termos per capita, em 1700, a China também parte de um patamar muito semelhante às demais economias da tabela 01, sendo menor em 1952 do que no início da série. Já os dados do ano de 1995 em geral mostram indícios da retomada econômica chinesa, o que será abordado mais à frente nos próximos capítulos. (MADDISON, 1998).

O sentimento de humilhação pela dominação colonial europeia e japonesa permaneceu no imaginário chinês, influenciando diretamente líderes políticos, como Mao Tsé-Tung, e manifestações nacionalistas, como o Movimento 4 de Maio de 1919 (VAZ-PINTO, 2014a), permanecendo no ideário de hegemonia de Pequim até 1972 e a aproximação com os Estados Unidos (FOOT, 2009). A dominação estrangeira sobre a China, principalmente japonesa, manteve-se até o final da Segunda Guerra Mundial (PAUTASSO, 2012). No entanto, a mudança do quadro chinês tem início em 1949, com a proclamação da República Popular da China (RPC) e a Revolução Comunista, lideradas por Mao Tsé-Tung, responsável por instituir as bases para a modernização chinesa das décadas seguintes e a recuperação da soberania e unidade territorial (SUKUP, 2002; PAUTASSO, 2012).

A nova fase que tem início com Mao Tsé-Tung pode ser dividida em três grandes etapas: a *Reconstrução* (1949-1952), o *I Plano Quinquenal* (1953-1957) e o *Grande Salto Adiante* (1958-1965). Enquanto na primeira a China tinha como objetivo a defesa da integridade territorial, a estabilidade da inflação, a eliminação progressiva do capital privado, a recuperação de certa capacidade industrial, a reforma do pensamento e aproximação com a União Soviética (URSS); na segunda, inspirada na industrialização de matriz pesada soviética para superar o atraso econômico, enfrentaram-se desafios como a urbanização, o crescimento populacional e o abastecimento de alimentos. Ao mesmo tempo, os mecanismos políticos internos do regime eram formulados pelo Partido Comunista, ao passo em que no plano externo a China posicionava-se “(...) como porta-voz do mundo subdesenvolvido em suas lutas contra o imperialismo” (VIZENTINI e RODRIGUES, 2000, p.16), buscando consolidar-se como potência regional. (VIZENTINI e RODRIGUES, 2000).

O *Grande Salto Adiante*, por sua vez, era uma “(...) tentativa de via chinesa para o socialismo [que] objetivava um caminho mais curto para o desenvolvimento, a partir do reforço do setor agrícola (...) e da manutenção do ritmo de desenvolvimento industrial” (VIZENTINI e RODRIGUES, 2000, p.17). Nos anos 1950, os fluxos comerciais de Pequim tinham como principais parceiros o bloco comunista, em especial a União Soviética, reduzindo consideravelmente seu comércio com o resto do mundo (CUNHA e ACIOLY, 2009; NAUGTON, 2007). Com o *Grande Salto Adiante*, a China começa a dar passos lentos

para se afastar desse isolamento econômico internacional que, contudo, só tiveram maiores impactos na década de 1970 e com as novas reformas no comércio internacional (NAUGHTON, 2007).

O esforço, com forte cunho de reestruturação econômica industrial e modernização acelerada centralizada, foi, contudo, fracassado. Nos anos seguintes, a ruptura sino-soviética e a radicalização do regime com a Revolução Cultural (1965-1969) não só impediram o desenvolvimento econômico chinês, como levaram Pequim a adotar uma estratégia isolacionista. (CUNHA, 2011; VIZENTINI e RODRIGUES, 2000).

2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser visto no presente capítulo, a China apresenta um desenvolvimento econômico incipiente. A centralização imperial e a formação de um sistema sinocêntrico na Ásia favoreceram a prosperidade chinesa, que em 1820 representava cerca de 30% do PIB mundial. Contudo, este foi ultrapassado pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa e pela Revolução Industrial. Ainda, questões de ordem geopolíticas, como as invasões estrangeiras, e internas geraram retrocessos ao desenvolvimento Chinês. Assim, na primeira metade do século XX, a economia chinesa estava colapsada.

A Revolução Comunista e o plano de Mao para a reconstrução das capacidades econômicas do país lançou as bases para as reformas futuras que seriam empreendidas e para a modernização da economia chinesa. A chegada ao poder de Deng Xiaoping em 1978 como líder político da RPC, após a Revolução Cultural e a morte de Mao em 1976, possibilitou e moldou a instauração reformas econômicas responsáveis pela imensa transformação econômica chinesa vista desde então (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006).

O próximo capítulo abordará, portanto, o processo de internacionalização da economia chinesa desde a chegada de Deng Xiaoping ao poder. Pretende-se estudar, em um primeiro momento, como se deu o processo de reforma, modernização e abertura ao exterior das reformas de Deng até os anos 1990. Uma segunda seção tratará da inserção internacional chinesa na década de 1990 e a proximidade com as potências regionais, em um novo contexto de fim da Guerra Fria. E, por fim, deve-se tratar da internacionalização da economia chinesa no século XXI, após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC).

3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA

Tendo analisado, no capítulo anterior, o ponto de partida para a internacionalização da economia chinesa – qual seja, o desempenho histórico da China Imperial e em seguida, após seu colapso, a transição em direção a uma economia socialista – pode-se partir em direção ao estudo da internacionalização de sua economia. Seu estudo é essencial para compreendermos como a crise financeira global de 2008 impactou a economia chinesa, e, conseqüentemente, como o seu rebalanceamento irá afetar os demais Estados.

Para tal, é importante dividi-la em três fases que correspondem às três seções deste capítulo. Uma primeira seção irá abordar o processo de reforma e abertura ao exterior empreendido por Deng Xiaoping a partir de 1978, essencial para a arrancada de crescimento chinesa. O fim da Guerra Fria e o novo cenário internacional da década de 1990, para além das causas internas, são o que marcam uma nova fase da internacionalização da sua economia, a ser abordada em uma segunda seção. Por fim, a terceira fase e, assim, a terceira seção, tem início com a entrada chinesa na OMC em 2001, um ponto de inflexão no processo a ser estudado.

3.1. MODERNIZAÇÃO SOCIALISTA: REFORMA E ABERTURA AO EXTERIOR

A chegada de Deng Xiaoping no poder em 1978 marcaria uma ruptura na direção do desenvolvimento chinês, a partir dos anos 1970, graças a duas reformas concomitantes: política e econômica. Se por um lado, após Revolução Cultural, era necessário consolidar a figura do Partido Comunista Chinês (PCC) como superior a um líder único, tal qual representado por Mao, e reorganizando o partido dirigente; era necessário voltar-se às reformas econômicas para a reconstrução da China e a consolidação da legitimidade do PCC com provedor de ordem e prosperidade (PINTO, 2011, VAZ-PINTO, 2014b). Assim, aos poucos, após a morte de Mao, o partido alterou seu foco de políticas ideológicas para políticas pragmáticas, com o claro objetivo de desenvolvimento econômico (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006).

A estratégia econômica adotada por Deng ficou conhecida como as Quatro Modernizações, discutidas e apresentadas na Terceira Plenária do XI Comitê Central do PCC. Desde então, as lideranças chinesas estão concentradas em buscar o desenvolvimento econômico – um caminho à modernização chamado por Bijan (2005) de “o caminho do

desenvolvimento para uma ascensão pacífica”, tendo em vista que a ascensão chinesa foi liderada por capital, tecnologia e recursos adquiridos pacificamente. Sendo assim, segundo o autor,

A escolha estratégica mais significativa que a China teve que fazer foi abraçar a globalização econômica ao invés de se destacar dela. Em finais de 1970, quando a nova revolução tecnológica e a nova onda de globalização econômica estavam se desenrolando com grande ímpeto, Pequim percebeu a tendência e reverteu as práticas errôneas da Revolução Cultural. Com base na consideração de que o desenvolvimento chinês dependeria de seu lugar em um mundo aberto, Deng Xiaoping e outros líderes chineses decidiram aproveitar a oportunidade histórica e alterar o foco de seu trabalho em direção do desenvolvimento econômico. Eles empreenderam reformas destinadas a abrir e desenvolver os mercados domésticos e explorar os mercados internacionais (BIJAN, 2005, p.20, tradução nossa).

As Quatro Modernizações tinham como base uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo voltada a quatro principais setores: i) na agricultura buscava-se a descoletivização da produção, mecanização do campo e incorporação de tecnologias ao processo produtivo, a partir de um modelo centralizador de produção (modelo que também foi replicado à indústria); ii) na indústria, a China priorizou o desenvolvimento da indústria pesada, também via incorporação tecnológica, certa flexibilização do trabalho para permitir ganhos de produtividade; iii) militar, com o reordenamento das forças armadas e modernização dos sistemas de defesa e equipamentos chineses; e iv) tecnológico-cultural, com a valorização da produtividade e do saber formal, além de incorporação de novas tecnologias aos setores já citados. (PINTO, 2011; VIZENTINI e RODRIGUES, 2000).

O novo modelo de desenvolvimento chinês apresentava dois eixos centrais: a descentralização política das decisões econômicas e a adoção de práticas econômicas e gerenciais modernas. Ideologicamente, o princípio estratégico da abertura ao mundo exterior e a ideia de evolução pacífica foram os norteadores dessa estratégia (PINTO, 2011). Dessa forma, a tomada de decisões foi descentralizada, como o direito de propriedade e o poder fiscal, não só como condição básica para as reformas, mas de forma a estimular o sistema e o crescimento econômico (JACQUES, 2012).

Em relação ao segundo eixo destacado, a estratégia chinesa foi a adoção das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Segundo Cunha e Acioly (2009, p.359),

Inicialmente, foram eleitas quatro regiões estratégicas para a introdução de um regime comercial e de atração de investimento direto estrangeiro, as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Estas nada mais eram do que as típicas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), que já se espalhavam pelas economias em desenvolvimento, particularmente na Ásia. Nas ZPEs, assim como nas congêneres chinesas, são estabelecidas regras diferenciadas de tratamento do comércio exterior, com redução de procedimentos administrativos para a exportação e importação e, principalmente, a forte redução – no limite, a eliminação – dos impostos de importação sobre insumos utilizados para a produção voltada ao mercado

internacional. Adicionalmente, podem ser ofertados subsídios fiscais, na forma de tributação diferenciada, para atrair investidores estrangeiros que, além de fornecerem capitais e tecnologia, possuem canais de comercialização em escala global.

Foram instituídas quatro ZEEs: a ZEE de Shenzhen, a maior delas e próxima de Hong Kong; a ZEE de Zhuhai; a ZEE de Shantou; e a ZEE de Xiamen. Novas medidas liberalizantes foram promovidas ao longo da década, como: a criação de quatorze novas zonas especiais de atração de investimento externo, as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET) (1984); a desvalorização da moeda para incentivar exportações (1986); o fim do monopólio sobre exportações e importações; e a reforma tributária (1994). Com o Grande Compromisso promoveu-se uma aceleração do processo de abertura, sendo criadas novas 18 ZDETs (1992-1993), além de uma nova categoria, a Zona de Desenvolvimento de Alta Tecnologia. (CUNHA e ACIOLY, 2009).

Pequim passou a perseguir, assim, uma estratégia de crescimento baseada em dois movimentos articulados: uma dinâmica externa, com base na promoção das exportações via ZEEs e atração de investimentos externos; e uma dinâmica interna via investimentos substanciais em infraestrutura, aliada a uma política de aumento de produtividade industrial em estatais chinesas (PINTO, 2011). Como tais projetos de investimento tinham como premissa o desenvolvimento da indústria pesada, segundo Wu Jiglian (2005 apud CUNHA e ACIOLY, 2009), a China enfrentou, assim, uma fase típica de substituição de importações entre 1972 a 1978, em especial devido ao seu sistema de controle de preços das importações. Ao mesmo tempo, diversas iniciativas em direção a políticas liberalizantes, até 1984 restritas ao campo e depois estendida às cidades, foram adotadas, preparando a China para a arrancada econômica que iria ser vista nos anos seguintes (NAUGHTON, 2007; VIZENTINI e RODRIGUES, 2000).

Naughton (2007) aborda o processo de reforma no comércio internacional sob uma perspectiva semelhante. Segundo o autor, o modelo que Deng Xiaoping busca reformar era um modelo típico de economia soviética comandada: o comércio internacional até então era comandado pelo monopólio estatal e pela não conversibilidade do câmbio. Como afirmado, o processo tem início com as ZEEs e as ZPEs. Já no meio dos anos 1980, são adotadas novas políticas de liberalização do sistema de comércio internacional praticado até então e que serviriam de base para o crescimento futuro da economia. Entre os principais elementos adotados estão: i) desvalorização real da moeda chinesa (1986), com esta sendo mantida desde então desvalorizada, apesar das leves flutuações; ii) fim do monopólio estatal sob as

empresas autorizadas a participar do comércio internacional, que ocorreu mais rapidamente no setor de exportações do que importações; iii) mudanças no sistema de preços, com o setor exportador cada vez mais lucrativo e com o preço das importações provenientes do mercado mundial passando a ser progressivamente transmitido para a economia doméstica; iv) criação de um sistema de barreiras tarifárias e não tarifárias como forma de proteção ao mercado doméstico; v) substituição de importações e promoção das exportações. Como conta, tais reformas foram essenciais:

Por volta do meio dos anos 1980, a China se moveu de um sistema de comércio planejado para um sistema de altas tarifas, diversas barreiras não tarifárias, e abundantes discricioniedades administrativas, um sistema que em muitas maneiras era típico de estratégias de substituição de importações de países em desenvolvimento. Na verdade, para a China, essa transformação apresentou várias vantagens. O sistema de comércio, apesar de ainda dominado por organizações comandadas pelo Estado com poder de mercado significativo, foi crescentemente orientado em direção a lucros e rendimentos (em preços globais). Reformas regulares criaram o mínimo de flexibilidade essencial que foi um pré-requisito para o sucesso em reformas futuras e que permitiram que o sistema de comércio exterior se harmonizasse com mudanças no sistema econômico doméstico. (NAUGHTON, 2007, p.385, tradução nossa).

Entre as diversas consequências desse movimento, Fairbank e Goldman (2006) citam o crescimento das empresas privadas, que inicialmente eram familiares e de pequena escala e em seguida passaram a ser focadas no comércio de varejo e serviços; o surgimento e institucionalização da corrupção; o impulso ao desenvolvimento de uma economia urbana; o enfraquecimento do PCC, com reformas políticas limitadas, e o nascimento de uma sociedade civil incipiente; e não menos importante, um forte influxo de ideias, valores e tecnologias ocidentais, entre tantos outros. Medeiros [200-] também destaca a mudança estrutural nos padrões de consumo. Se até 1984 os bens mais vendidos eram máquinas de costura, bicicletas, relógios e rádio, a partir deste ano até 1990 os principais bens comercializados no mercado interno chinês eram geladeiras, televisão, gravadores, máquinas de lavas e ventiladores.

A modernização chinesa também representava, para além da superação do atraso econômico e do ciclo depressivo da economia internacional pós-1973, a ruptura de seu isolamento diplomático após o enfraquecimento das relações com a União Soviética (PAUTASSO e OLIVEIRA, 2008). Dessa forma, no campo político externo teve início, em 1971, a reaproximação da China com os Estados Unidos, arquitetadas por Nixon e seu secretário de Estado Kissinger e materializadas no Comunicado de Xangai, publicado em fevereiro de 2012, e nas negociações futuras entre os países. A aproximação ficou conhecida como Diplomacia Triangular ou Diplomacia do Ping Pong, visto que os Estados Unidos, ao

aproximarem-se da China, buscavam conter o avanço soviético a partir da triangulação política entre os dois países (KISSINGER, 2012; PAUTASSO, 2012).

A China passou a gerir um “(...) projeto de desenvolvimento econômico, fundamentado numa abertura seletiva (...)”, com base no princípio “uma nação, dois sistemas”, dando origem ao que muitos vieram a chamar de Socialismo de Mercado (VIZENTINI e RODRIGUES, 2000, p.63). As reformas propostas por Deng Xiaoping enfrentaram resistência pelo acirramento das disputas políticas internas, pela repercussão da repressão na Praça da Paz Celestial (Tiananmen) (1989) e pela desintegração da União Soviética (1991); sendo apenas consolidadas em 1993, com o Grande Compromisso (PAUTASSO, 2012). O Grande Compromisso representava o comprometimento chinês em se tornar uma nação rica e poderosa até a metade do século XXI, sendo assim a política responsável por assegurar a continuidade do processo de reformas e abertura de Pequim à economia mundial ao longo da década de 1990 (PINTO, 2011).

Nos anos 1990 “(...) a China já havia alcançado condições econômicas estruturais para manter o seu crescimento econômico extraordinário” (PINTO, R., 2011, p.21). Ao mesmo tempo, duas dinâmicas relacionadas se estabelecem na década: o processo de urbanização e de consolidação da industrialização pesada, criando uma forte demanda estrutural de energia, minerais e alimentos internacionalmente; e o estabelecimento da China como o grande centro manufatureiro do mundo (MEDEIROS e CINTRA, 2015). A década de 1990, por sua vez, marca um novo contexto geopolítico e econômico graças à desintegração da União Soviética e do final da Guerra Fria, impactando diretamente nos desafios enfrentados pela China na internacionalização de sua economia.

3.2. O PÓS-GUERRA FRIA E A INSERÇÃO REGIONAL

Assim, a década de 1990 iria trazer um novo desafio à internacionalização da economia chinesa não só pelo final da Guerra Fria, como também pelo renascimento econômico da Ásia Oriental. A desaceleração dos elevados índices de crescimento japonês, consequência dos Acordos de Plaza (1958) e da crise financeira do Sudeste Asiático (1997), se deu com o crescimento concomitante das demais economias regionais. Segundo Pinto E. (2011, p.27), “(...) se verificou uma dinâmica macroeconômica regional integrada e com extraordinárias taxas de crescimento (de 6,5%, entre 1980 e 1989, e de 8% entre 1990 e 1999, em média anual (...)).”

O renascimento econômico da Ásia Oriental é caracterizado por três grandes ondas de desenvolvimento: i) de 1950 a 1980, com o protagonismo Japonês; ii) de 1970 a 1990, liderada pelos Tigres Asiáticos¹; iii) e a partir de 1990, expandida pelos Novos Tigres Asiáticos e pela China (PAUTASSO, 2015). O fenômeno de crescimento regional sincronizado ficaria conhecido como o modelo dos gansos voadores, articulação produtiva entre os países da região na qual os primeiros países a se industrializarem passaram a transferir a produção para os países da onda seguinte e assim por diante, numa espécie de vértice invertido tal qual um revoar de gansos (VISENTINI, 2011b).

O fim da bipolaridade também favoreceria o rearranjo diplomático e econômico, com consequências diretas ao desenvolvimento econômica da região da Ásia-Pacífico e aos processos de integração regional. Em 1991, a China passa a integrar a Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC)² e a ser participante ativo do Fórum Regional da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)³. Em 1997, é formada a ASEAN+3, articulação entre a ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul. Normalizam-se, também, as relações com Indonésia (1990), Singapura (1990), Brunei (1991) e Vietnã (1991). (PAUTASSO, 2011).

Segundo Pautasso (2011, p. 49), “a reconfiguração das relações diplomáticas na Ásia-Pacífico representou a superação do padrão de inimizade regional após 1990”. O desenvolvimento de uma política periférica e de boa vizinhança para a região apresentava, dessa forma, três tendências principais: i) a concepção de um século pacífico, que tinha como objetivo fundamentar o crescimento e a prosperidade econômica e sua integração com a região; ii) a emergência de um *New Asianism*, visão ideológica segundo a qual o sucesso da modernização asiática é fruto valores chineses; iii) desenvolvimento de blocos regionais e sub-regionais, como visto anteriormente (JI e QUINGGUO apud ZHAO, 2004). Progressivamente, a prioridade diplomática chinesa desloca-se, portanto, para a Ásia-Pacífico, sendo esta relação vista como a base da projeção internacional chinesa. A crise financeira do Sudeste Asiático e a repressão da Praça da Paz Celestial fortaleceram esse processo. (PAUTASSO, 2011).

¹ Os Tigres Asiáticos geralmente se referem às economias de Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura, que presenciaram excepcional crescimento econômico no início da década de 1970, com elevadas taxas de crescimento do PIB, das exportações e da produção industrial. (VIZENTINI e RODRIGUES, 2000). Ao longo da década de 1990, um novo ciclo de crescimento de países asiáticos deu origem ao que ficou conhecido como Novos Tigres Asiáticos, sendo estes: Indonésia, Tailândia, Filipinas e Malásia (CUNHA, 2008).

² Estados membros: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong (China), Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Singapura, Tailândia, Estados Unidos, Vietnã (APEC, 2017).

³ Estados membros: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã (ASEAN, 2017).

A crise financeira também se configurou como uma oportunidade de ascensão regional chinesa dado que, enquanto a maioria dos países asiáticos encontrava-se fragilizado economicamente, Pequim não só lançou um pacote de investimentos públicos, como foi capaz de manter estável a sua taxa de câmbio frente ao dólar. Um dos motivos pelo qual a China não foi fortemente afetada pela crise do final da década é o fato de Pequim já ter alcançado, à época, condições econômicas estruturais que lhe permitiram resistir à crise e despontar como um gigante econômico (PINTO, 2011) e como “polo [sic] dinâmico de acumulação capitalista” da região (PAUTASSO e OLIVEIRA, 2001, p. 365). Segundo o autor supracitado, tais condições estruturais eram:

i) elevado *funding* com um sistema bancário amplamente regulamentado que direcionou esse recurso para os investimentos considerados cruciais no processo de desenvolvimento; ii) elevados superávits no balanço de pagamentos que possibilitaram ao mesmo tempo o acúmulo de reservas em moeda estrangeira e a gestão da política cambial que busca promover as exportações e controlar as importações; e iii) elevação da produtividade do trabalho e dos fatores de produção – economias de escala e de escopo ao mesmo tempo –, notadamente nos segmentos intensivos em tecnologia, na década de 2000, e também nos intensivos em trabalho, especialmente nos anos 1990. (PINTO, 2011, p. 32, grifo do autor).

Nesse contexto, a China desponta como o principal país manufatureiro, com o deslocamento de diversos serviços produtivos, como indústrias estadunidenses, europeias e até asiáticas, para o seu território. A China passa a ser uma grande receptora de investimentos e ofertante de bens industriais, especialmente para os Estados Unidos; ao mesmo tempo em que expande sua relação com a América Latina e a África, que passariam a ser seus principais fornecedores de *commodities*, dado o crescimento da demanda por alimentos e matérias-primas, e seus principais compradores de máquinas, equipamentos e componentes (SCHERER, 2015). Para Scherer (2015, p. 39),

A China tornou-se [na década de 1990] o centro gravitacional da dinâmica econômica regional. Aos poucos, a China se constitui em ‘fábrica do mundo’ logo no início do século XXI, com seus produtos sendo exportados prioritariamente ao mercado norte-americano. Ao mesmo tempo, o avanço das exportações de bens manufaturados teve como contrapartida a rápida acumulação de reservas, trazendo uma dinâmica de aprofundamento dos chamados ‘desequilíbrios externos’ em nível mundial, com esse avanço nas reservas chinesas correspondendo à elevação dos déficits norte-americanos.

Esse processo fomentou o aprofundamento das relações de complementaridade com Estados Unidos, cujas origens remontam à década de 1970 (com a Diplomacia do Ping Pong, de Nixon e Kissinger) e que deu fruto ao à relação siamesa entre as economias sino-americana. Esta relação, mais fortemente verificada nos anos 2000 em diante, é calcada em

três dimensões econômicas principais: comercial, produtiva e financeira. (PINTO, 2011; SCHERER, 2015)

Assim, a capacidade econômica chinesa tem sido a principal base de sua política externa e da inserção chinesa nas relações econômicas internacionais, desde 1970, e o principal instrumento para alcance de objetivos políticos e econômicos do Partido (PAUTASSO, 2012). Nesse sentido, a abertura chinesa e a liberalização do comércio têm sido um resultado direto do seu desenvolvimento econômico e não o contrário, sua causa (CHANG, 2009). Aliada ao objetivo de desenvolvimento nacional, quatro políticas econômicas ganham destaque: i) o controle do câmbio, essencial à competitividade de suas exportações e conseqüentemente à sua industrialização; ii) políticas de atração de Investimentos Externos Diretos (IED); iii) o equilíbrio do comércio exterior, que se dá pela busca de déficits com países periféricos e superávits com países centrais; iv) aumento das reservas internacionais (PAUTASSO, 2012).

Os investimentos estatais de caráter anticíclico mantiveram-se num patamar alto, expandindo-se também os investimentos privados e tendo origem um forte processo de privatização de pequenas empresas estatais. A expansão dos investimentos teve, como consequência, o aumento da massa salarial e, posteriormente, da demanda por alimentos. Ambos, em última instância, se traduziam em pressão inflacionária e crescimento das importações, especialmente a de produtos primários, a fim de dar conta dessa demanda – esta que é, para Medeiros (2006, p.386), “a restrição fundamental para o processo de industrialização chinesa” a partir de sua abertura dos anos 1980. Nesse processo deu-se também a alteração da pauta de exportação chinesa, que até então era concentrada em produtos de baixo valor agregado e intensivos em mão de obra. (MEDEIROS, 2006).

Por fim, o processo de expansão chinesa foi “fortemente assentado nos investimentos públicos, na exportação das empresas estatais e na expansão do consumo” (MEDEIROS, 2006, p.387), sendo estes importantes alicerces em seu processo de mudança estrutural da economia, com destaque para a política tecnológica e de investimento, com as ZDET, a política modernização da infraestrutura e os pesados investimentos na construção civil.

No final da década, a China foi confrontada com um impasse estratégico: a adoção definitiva ou não da globalização econômica. À época, segundo Bijan (2005, tradução nossa),

Nos anos 1990, a China novamente foi confrontada com a escolha estratégica, devido à crise financeira asiática e o subsequente conflito entre as forças a favor e contra a globalização. A decisão chinesa de participar da globalização econômica estava enfrentando um sério desafio. Mas ao cuidadosamente ponderar as vantagens e desvantagens da abertura econômica e os ensinamentos retirados da história

recente, Pequim decidiu abrir a China ainda mais, ao associar-se à Organização Mundial do Comércio e ao aprofundar as reformas econômicas domésticas.

Sendo assim, a virada de século iria pautar o abraço da globalização por parte da China, sendo um marco nesse sentido sua entrada na OMC, em 2001. Medidas de liberalização de comércio ao longo dos anos 1990 já vinham sendo praticadas na década com este objetivo (NONNENBERG, 2010).

3.3. A ENTRADA NA OMC E O INÍCIO DO SÉCULO XXI

O início do novo milênio trouxe para a China um marco importante em sua inserção internacional: a entrada na OMC. Em 1986, a China sinalizou interesse de aderir ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), precursor da OMC e do qual havia sido signatário em 1948, mas logo se retirado com a Revolução Comunista. Seu processo de adesão durou 15 anos, tanto pela transição do GATT para a OMC quanto pela elevada carga de intervenção estatal que geravam políticas consideradas pelos membros da OMC como distorcivas ao comércio internacional, tal qual subsídios, *dumping*, barreiras tarifárias e não tarifárias, violação de direitos de propriedade intelectual, entre outros. Além da adequação da atuação do Estado neste quesito, a normalização das relações comerciais sino-americanas foi outro pré-requisito. Sua adesão foi concluída oficialmente em 2001. (NAIDIN *et al.*, 2012; NAUGHTON, 2007).

Entre os compromissos acordados para tal é possível citar: i) fim da discriminação de produtos estrangeiros; ii) revisão de legislação comercial; iii) fim de subsídios a produtos primários e à exportação; iv) redução gradual das barreiras de acesso ao mercado chinês; v) adesão ao Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS); vi) fim da discriminação de preços e controle de preços como proteção à indústria nacional; vii) redução das tarifas de importação; viii) proibição da exigência de transferência tecnológica dos investimentos externos, entre outros (NAIDIN *et al.*, 2012; PINTO, E, 2011). Segundo Pinto (2011, p. 36), a adesão da China à OMC “(...) ressalta a importância dada pelo governo chinês ao papel do comércio internacional em seu crescimento econômico”.

O ano de 2001 marcou também o ano de constituição da Organização para a Cooperação de Shanghai (OCS), fruto do processo de integração entre os países da Ásia Central – entre eles, Rússia, China, Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão – da década de 1990, com o objetivo de lidar com questões de segurança, reconstrução econômica e o desenvolvimento dos Estados da região. Para a China, inúmeros são os

interesses econômicos e securitários: a segurança de sua fronteira oriental; a possibilidade de maiores fluxos de investimento e comerciais; a ampliação dos fornecedores de recursos naturais, com destaque para petróleo e gás natural; e ser um impeditivo à presença militar estadunidense na fronteira chinesa. Em última instância, na visão chinesa, a OCS permitiria a recriação de um sistema regional sinocêntrico, com a formação de uma economia continental, articulando a Bacia do Pacífico à Eurásia (PAUTASSO, 2011; VISENTINI, 2011a).

A normalização das relações comerciais sino-americanas, em conjunto com a entrada definitiva da China na OMC, aprofundou a relação siamesa entre ambas as economias nas dimensões comerciais, produtivas e financeiras. Pinto, E (2011, p.33) destaca quatro aspectos centrais que marcam a crescente integração comercial,

i) aumento da corrente de comércio (exportações + importações) – acima da corrente mundial; pela ii) elevação do déficit comercial americano com a China; pelo iii) aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado dos Estados Unidos para a China, especialmente as de produtos não industriais; e pela iv) expansão explosiva da participação de produtos de maior valor agregado das exportações chinesas para os Estados Unidos.

A integração produtiva, por sua vez, se manifesta em: i) alto fluxo de IED dos Estados Unidos para a China, tanto como incentivo a exportação de produtos para os EUA, como para atender a demanda em expansão do mercado chinês; ii) a presença de cadeias produtivas globais em rede onde, no geral, as empresas norte-americanas representam as grandes marcas e os países asiáticos os provedores de mão de obra e tecnologia; iii) a liderança da indústria leve de consumo. A dimensão financeira caracteriza-se, por fim, pela dupla dinâmica: ao passo que a China é devedora para os Estados Unidos, tendo em vista os IED norte-americanos na China, ela é credora deste, graças ao elevado número de reservas em títulos públicos do Tesouro Norte-americano que possui. (PINTO, 2011).

Tamanho era o dinamismo do mercado chinês que, em 2001, Jim O’Neil, economista do Goldman Sachs, cunhou o acrônimo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China para representar mercados de grande potencial de desenvolvimento e crescimento econômico. O conceito BRIC permaneceu apenas como um acrônimo até a crise de 2008, quando passou a apresentar um significado político. A África do Sul aderiu ao bloco em 2010, quando esse passou a ser conhecido como BRICS (VISENTINI, 2011b). Aos poucos, os laços de cooperação entre os países foram fortalecidos e encontros anuais em todos os níveis passaram a ser promovidos. Por conta da crise, assuntos na esfera econômica prevaleceram, com destaque para a visão comum de que países emergentes deveriam possuir um papel mais proeminente em instituições financeiras internacionais. Segundo Lima (2012) apud Carletti (2013, p.24), “os

objetivos principais do grupo dos BRICS seriam: desconcentrar o processo decisório das instituições internacionais e resguardar a autonomia na formulação de políticas econômicas”.

Os anos 2000 também revelaram uma nova forma de relação entre a China e os países em desenvolvimento. Na América Latina, a China estreitou seus fluxos de comércio, investimentos e concertação política com os governos de esquerda, sem entrar em searas de confronto direto com os Estados Unidos. A América Latina passou a ser um grande exportador de commodities e matérias primas para a China, ao passo que esta passou a ser uma nova fonte de capital e parceira estratégica para empresas latino-americanas (CUNHA *et al.*, 2013; VISENTINI, 2011a).

Com a África, a antiga disputa ideológica comunista deu lugar a busca por mercados e matérias primas (minerais, alimentos, entre outros) e fez com que Pequim se aproximasse com maior intensidade comercial e financeira do continente, buscando também combater a presença diplomática de Taiwan e apoio político em órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2006, a China lançou um grande pacote de investimento em infraestrutura e ajuda ao desenvolvimento do continente que, diferentemente do promovido por potências centrais, apresenta poucas exigências e questionamentos. Ao mesmo tempo, o baixo preço dos produtos chineses favoreceu a alta inserção comercial na África. (VISENTINI, 2011a).

Como resultado, ao explorar seus constrangimentos internos e as oportunidades internacionais, a China criou condições para a universalização de sua política externa e para uma inserção internacional com base no processo de desenvolvimento econômico. Segundo Pautasso (2012, p.43)

Portanto, em duas décadas (1990-2010), a PECh⁴ universalizou-se ao utilizar a ampla capacidade econômica como instrumento de projeção internacional. Esse instrumento traduz-se na capacidade de absorção do mercado interno chinês, bem como no crédito abundante e em excelentes condições. Com efeito, o país oriental coloca-se como alternativa às condicionalidades macroeconômicas impostas pelo Ocidente e por organizações sobre as quais este possui ascendência (como o FMI).

Assim, em 2008, quando irrompe a crise financeira global a economia chinesa apresentava forte grau de internacionalização. Esse processo dinâmico, que tem início com as reformas de Deng Xiaoping a partir de 1978, estabeleceu as condicionantes fundamentais para os elevados índices de crescimento chinês. Algumas características chaves decorrentes de seu processo de internacionalização e desenvolvimento nos últimos anos se destacam, como o altíssimo nível de investimentos, tanto promovido pelo estado quanto investimento externo

⁴ PECh: Política Externa Chinesa (PAUTASSO, 2012, p. 45)

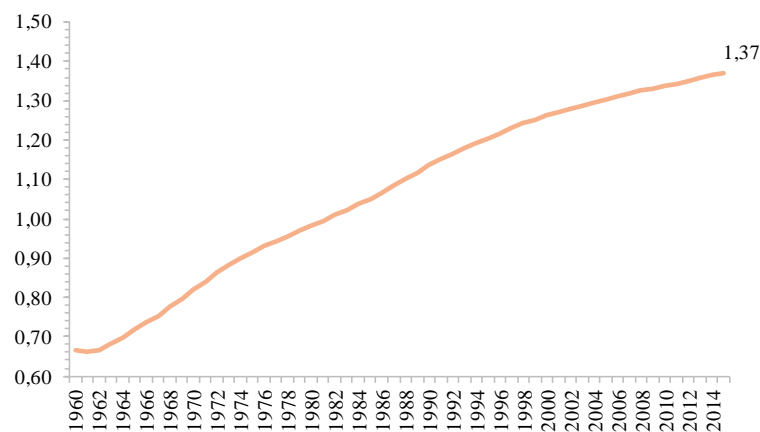
direto; um crescente fluxo comercial, em especial a exportações de manufaturados; e a forte centralização na mão do Estado e do Partido Comunista. Fato é que esse processo foi essencial para a proeminência da economia chinesa e, por conseguinte, sua ascensão como potência no Sistema Internacional.

Tendo em vista este contexto, é possível partir para a análise dos principais indicadores que evidenciam a internacionalização da economia chinesa, bem como dos impactos da crise de 2008 na sua trajetória de crescimento – o que será realizado no próximo capítulo. Mais a seguir, pretende-se mostrar como a mudança de rumo na economia chinesa, após-2008, e o processo de rebalanceamento decorrente deste movimento, não devem impactar significativamente na inserção chinesa nos fluxos comerciais internacionais.

4. O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS E OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008

Uma vez apresentado o processo de internacionalização da economia chinesa, o presente capítulo busca apresentar as evidências deste processo, bem como sinalizar a mudança de rumo na economia chinesa após a crise financeira internacional de 2008. A China possui 1,37 bilhão de habitantes, 55,6% dos quais vivem em regiões urbanas (WORLD BANK, 2015). O gráfico abaixo apresenta a evolução da população chinesa.

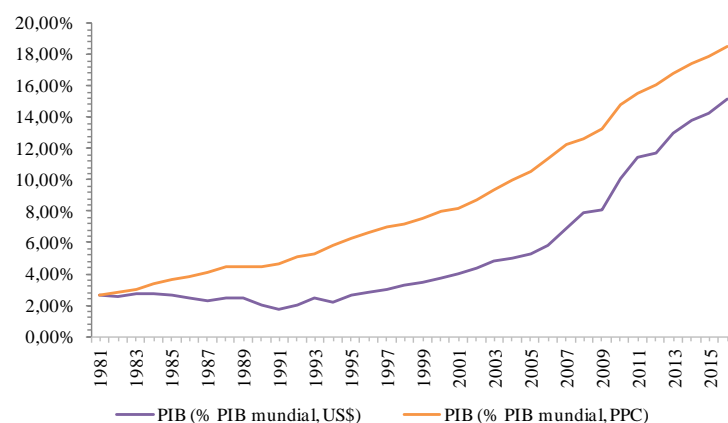
Gráfico 1: População, 1960-2015 – China, em bilhões de habitantes



Fonte: WORLD BANK, 2015.
Elaboração própria

Seu PIB, em 2015, foi da ordem de US\$ 11,2 trilhões (em valores correntes). O gráfico 02, mostra o crescimento expressivo em valores do PIB chinês em relação ao PIB mundial, medido tanto em valores correntes quanto em Paridade de Poder de Compra (PPC).

Gráfico 2: Participação do PIB chinês no PIB Mundial, 1981-2016 (US\$ e PPC)

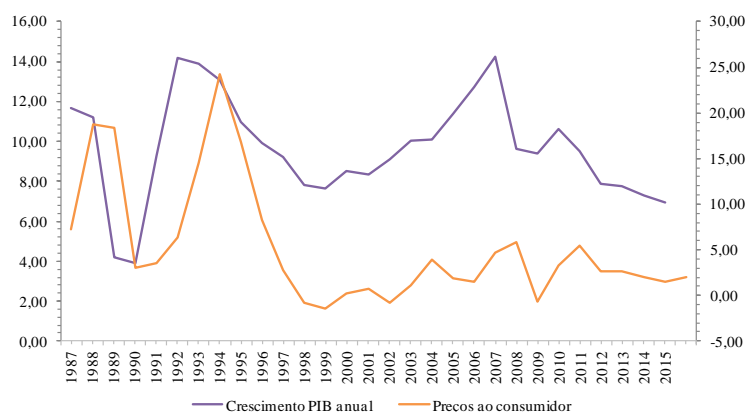


Fonte: IMF, 2017a..
Elaboração própria

Em PPC, o crescimento do PIB chinês é ainda mais acentuado. Sob essa perspectiva, em 2016, este atingiria a cifra de US\$ 21,3 trilhões. Em que pese não estar presente no gráfico acima, a curva de crescimento do produto chinês em valores correntes é mais proeminente que o de crescimento do produto mundial, assim como é maior a evolução da curva de crescimento do PIB em termos de PPC do que em valores correntes, indicando o destaque de seu processo de modernização da economia frente ao resto do mundo. (IMF, 2017a).

Em 2015, o PIB foi 6,92% superior ao do ano anterior. Como pode ser visto no gráfico 03, a China apresenta uma média histórica alta de crescimento, com uma média entre as décadas de 1980 e 2010 de 10% ao ano (NONNENBERG, 2010).

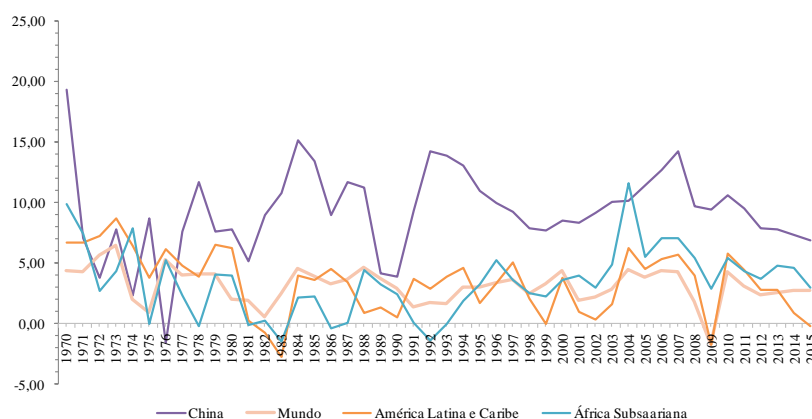
Gráfico 3: Crescimento anual do PIB (%) e preços anuais ao consumidor, 1987 – 2015 (%) – China



Fonte: WORLD BANK, 2015.

Elaboração própria

O crescimento do PIB é marcado por oscilações, mas, desde 2001, a taxa de crescimento médio da economia chinesa foi de 9,67%. A partir de 2008, o crescimento chinês vem sendo mais brando: a média de crescimento entre 2001 a 2007 foi de 10,85%, ao passo que de 2008 a 2015 foi de 8,63%, o crescimento é expressivo se comparado com as demais economias e com o mundo (gráfico 04). Entre 2001 e 2015, o crescimento médio da economia mundial foi de 2,79%. Na América Latina e Caribe e na África Subsaariana, a taxa média de crescimento para o mesmo período foi de 2,89% e 5,14%, respectivamente. (WORLD BANK, 2015).

Gráfico 4: Crescimento anual do PIB (%) em economias selecionadas, 1970-2015

Fonte: WORLD BANK, 2015.

Elaboração própria

Apesar de o crescimento chinês ser fortemente destacado no período recente, é possível notar também que este é acelerado desde 1978, período que tiveram início as reformas econômicas. Tal crescimento, pós-1978, coincide com um período de diminuição da taxa anual de crescimento populacional, favorecendo também o aumento do PIB per capita (NAUGHTON, 2007). Segundo Naughton (2007), a taxa anual média de crescimento do PIB entre 1952 e 1978 foi de 6%, enquanto de 1978 a 2005 foi de 9,6%. Já o PIB per capita apresenta valores de 4,1% e 8,5% de crescimento para os mesmos períodos, respectivamente. Conforme afirma,

Cada período de pico de crescimento produziu sérias tensões na economia, incluindo inflação e estrangulamentos setoriais, e foram seguidos por uma fase de redução de gastos e crescimento mais moderado. (...) Embora a China exiba significativa instabilidade macroeconômica, até então cada redução de gastos foi seguida de um ciclo de crescimento renovado, e não há razão óbvia pela qual o rápido crescimento chinês não possa ser sustentado por mais uma década. (NAUGHTON, 2007, p.143, tradução nossa).

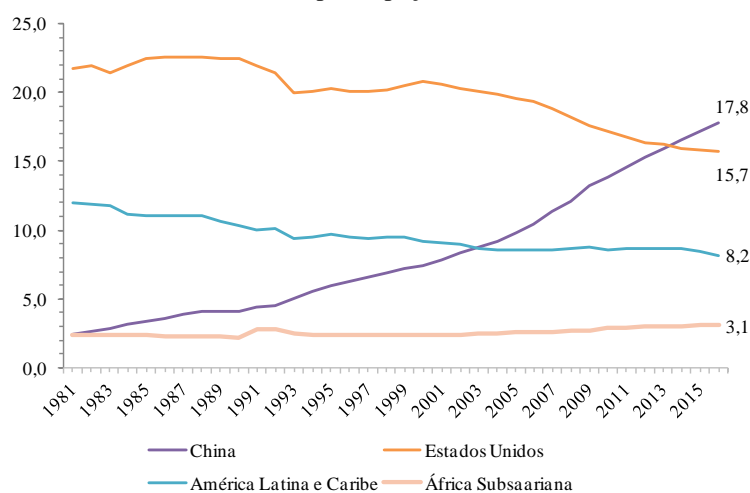
Naughton, que escreve em 2007, destaca quatro períodos de pico de crescimento do PIB: 1978, 1984 a 1985, 1992 a 1994 e 2001 a 2005. No entanto, entre 2005 e 2008, a economia chinesa aceleraria ainda mais. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento médio do PIB chinês entre 1980 e 2008 foi de 10%. Se considerado até 2016, o crescimento médio da economia chinesa é levemente menor, de 9,65%, ainda que este seja um número consideravelmente expressivo (IMF, 2017a).

A inflação, mostrada acima no gráfico 03, assim como o crescimento do PIB, apresentou diversos ciclos, chegando a atingir 24,24% em 1994 e caindo fortemente desde então. Sua taxa, que foi de 2,01% em 2016, apresentou picos em 2007 (4,75%) e 2008

(5,86%). Há também um movimento similar a partir de 2008: de 2001 a 2007, a taxa de inflação média foi de 1,86%, já no ano seguinte até 2015 a média foi de 2,73% (WORLD BANK, 2015). A explicação para os ciclos inflacionários está em seu processo de liberalização de preços e na política monetária voltada ao crescimento dos investimentos das empresas estatais. Já a relativa estabilidade de preços a partir de 1997 é fruto da política econômica de curto prazo, que logrou a proximidade de crescimento entre PIB efetivo e potencial (NONNEMBERG, 2010).

O crescimento chinês se refletiu diretamente na sua participação na economia internacional em termos de PIB PPC tal qual no gráfico 05, que passou de 2,4% em 1981 a 17,8% em 2016, se tornando a segunda maior economia do globo.

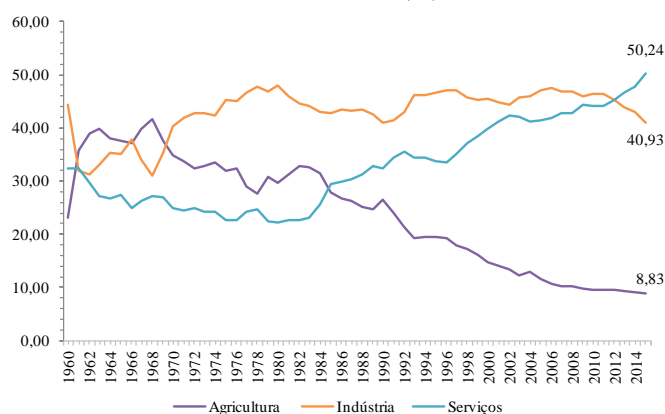
Gráfico 5: PIB baseado em PPC, participação no PIB mundial, 1981-2016 (%)



Fonte: IMF, 2017a..
Elaboração própria

A primeira economia, os Estados Unidos, encolheu sua participação – de 21,8% (1980) para 15,7% (2010). Ainda assim, ambas em conjunto representaram 33,5% da economia mundial em 2016 e as taxas de participação de ambas são muito próximas, basicamente um empate em termos de participação na economia mundial. Em contrapartida, regiões como América Latina e Caribe, que desde 1981 diminuíram sua participação na economia mundial, e os países África Subsaariana, com um ligeiro aumento nas últimas décadas, apresentaram participações de 8,2% e 3,1% em 2016, respectivamente. (IMF, 2017a).

Sob a abordagem da produção, os principais responsáveis pelo crescimento chinês em 2015 foram os setores de serviços e a indústria, que representavam cada um 50,24% e 40,93% do PIB. O gráfico 06 ilustra esse ponto.

Gráfico 6: Valor adicionado ao PIB (%) – China, 1960-2015

Fonte: WORLD BANK, 2015.

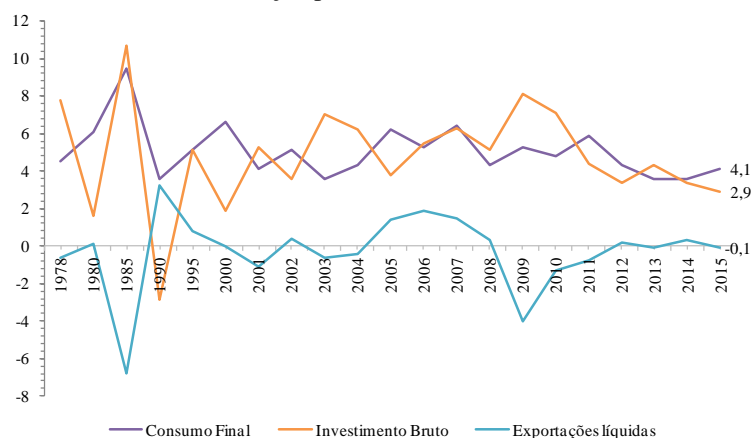
Elaboração própria

A agricultura, que chegou a ser o principal setor responsável pelo crescimento da economia entre os anos 1960 e 1970, passou de 23,18% (1960) para 8,83% (2015). Segundo Damas (2014, p.117), “a produtividade da agricultura aumentou drasticamente com o fim das comunas e a diminuição da alocação das quotas compulsórias pelo estado”, além dos incentivos e do papel da meritocracia – o que justificaria o crescimento da participação da agricultura no PIB entre os anos 1960 e 1980, com esta declinando desde então. A indústria foi o principal motor do crescimento desde 1970, apresentando valores sempre acima de 40% da composição do PIB até 2012, quando foi superado pelo peso do setor de serviços. A produção de manufaturas representa cerca de três quartos do setor secundário na China (NAUGHTON, 2007). Os serviços, por sua vez, passaram de 32,43% (1960) a mais de 50% da economia chinesa em 2015, crescendo consideravelmente a partir da metade da década de 1980. (WORLD BANK, 2015).

Segundo Damas (2014), esse movimento de queda da participação agrícola e crescimento dominante do setor industrial ao invés do de serviços (geralmente o esperado) é uma característica típica da economia chinesa. Sua explicação encontra-se nas políticas governamentais, que promovem desde os anos 1980 um crescimento pautado pela indústria e investimentos intensivos em capital. O processo de maior relevância dos setores industrial e de serviços, por sua vez, foi acompanhado por aumentos da produtividade da economia como um todo, com a acumulação de capital físico e humano e a transição de empregos de setores tradicionais a mais modernos (NAUGHTON, 2007). No entanto, vale destacar que esse tipo de crescimento esbarra na geração de renda pros trabalhadores, que tende a diminuir em relação ao PIB, por crescer menos do que esse. Como consequência, segundo Pettis (2009, p.4) apud Damas, (2014, p.124), “a renda das famílias tem sido restringida por políticas públicas que objetivam apenas o turbo crescimento econômico”.

Sob uma abordagem de despesas, o gráfico 07 demonstra que a maior parte do crescimento do PIB chinês vem sendo explicada pelo crescimento do consumo e do investimento.

Gráfico 7: Contribuição para crescimento do PIB, 1978-2015



Fonte: NBS, 2016.

Elaboração própria

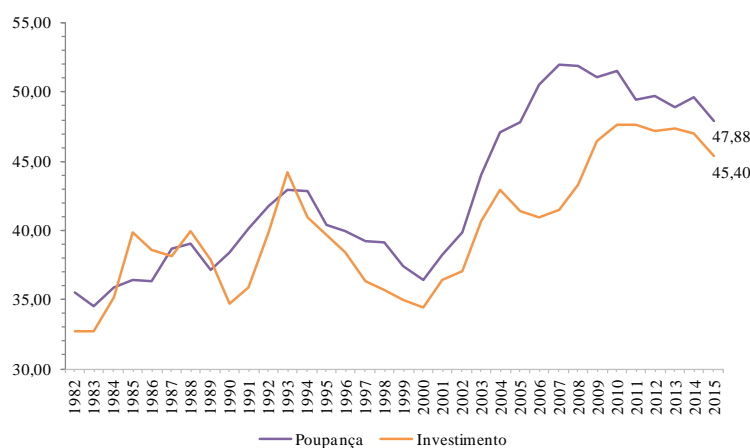
As exportações, em que pese sua importância, apresentam baixos níveis de contribuição ao PIB, chegando até a ser negativo. Em 2015, por exemplo, a contribuição das exportações líquidas foi de -0,1%. Em 2009, tal valor foi de -1%. Já o consumo final teve uma contribuição de 4,1% em 2015 e o investimento bruto 2,9%. O investimento apresentou picos em 1978 (7,8%), 1985 (10,7%), 2009 (8,1%) e 2010 (7,1%), com queda desde então (à exceção de 2013). (NBS, 2016) Segundo Damas (2014, p.109),

Pelo lado da demanda, investimentos e não exportações líquidas tem sido o principal motor do crescimento econômico chinês. O aumento dos investimentos pode ser observado em dois momentos distintos, no início da década de 2000, quando o país ainda almejava estabelecer suas indústrias pesadas, principalmente nos seguimentos de siderurgia e maquinário, e após a crise de 2008, como estímulo do governo como forma de compensar a drástica queda das exportações líquidas.

Assim sendo, grande parte da baixa participação relativa do consumo em relação ao PIB é fruto das políticas econômicas adotadas a partir de 1978, que privilegiam o crescimento do investimento (que também pode ser visto no gráfico 08) ao invés do consumo das famílias (DAMAS, 2014). São as altas taxas de investimento nos últimos 30 anos, que já na década de 1970 representavam aproximadamente 30% do PIB, a justificativa para o rápido crescimento do PIB chinês (NAUGHTON, 2007). Com a crise de 2008 e a queda da demanda externa (como será visto mais a frente no gráfico 15 pela queda no superávit em conta corrente), a saída para o governo chinês era estimular o crescimento dos investimentos, realizado por políticas fiscal e monetária expansionistas, aumento da carteira de empréstimos de bancos estatais e a partir de estímulos para o setor imobiliário, entre outros (DAMAS, 2014).

Como consequência, tanto investimento quanto a poupança apresentam crescimento significativo nos anos 2000, tal qual apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 8: Poupança e Investimento (% do PIB) – China, 1982 -2015



Fonte: WORLD BANK, 2015.

Elaboração própria

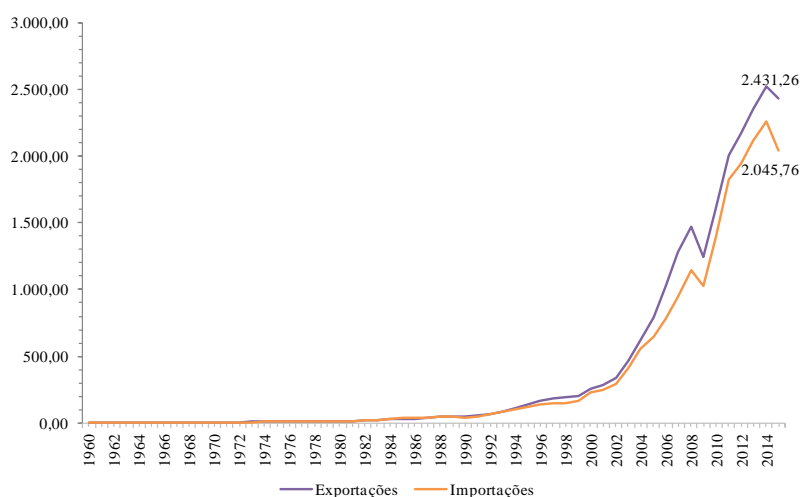
Em 2011, o investimento chegou a atingir o pico de 47,69%. No geral, a partir de 2008 em diante, na média as taxas de poupança e investimento são maiores do que nos anos anteriores. Nos anos anteriores, ambas cresceram de maneira muito similar, mas a partir de 2000 a poupança descola do investimento, chegando a atingir 51,97% em 2007. Segundo Damas (2014), o impacto direto desse descolamento é o reflexo em superávits na conta corrente, o que é comprovado pelo gráfico 15, apresentado à frente.

De 2001 a 2007, a poupança média foi de 45,65% do PIB e o investimento médio, 40,12% do PIB. De 2008 a 2015, tais valores foram 50,03% e 46,5%, respectivamente. (WORLD BANK, 2015). Damas (2014) destaca dois momentos importantes onde se podem ver o crescimento significativo da poupança: de 1998 a 2002, quando representava menos de 40% do PIB; e de 2007 a 2008, quando chega a ultrapassar 50%. O crescimento elevado das taxas de poupança é explicado tanto pela poupança das famílias, já que expressiva parcela da população guarda recursos para custear despesas com saúde, educação, previdência, entre outros; quanto pela poupança governamental e das empresas estatais graças aos seus elevados lucros. (DAMAS, 2014; NONNEMBERG, 2010). A política do filho único (dos anos 1970) e o motivo precacional influenciaram também as elevadas taxas de poupança doméstica, já que as famílias gastavam menos ao criar seus filhos, poupavam mais para a aposentadoria, apresentavam maiores gastos com saúde e apresentavam menores garantias no trabalho (graças às reformas de 1990) (ZHANG, 2016). Tal qual descrito acima, para Naughton (2007)

o forte investimento chinês na economia está fundamentado nessas elevadas taxas de poupança e, não menos importante, no investimento direto externo.

Um dos principais impulsionadores do crescimento chinês foi a dinâmica de sua relação com o mercado externo. Segundo Nonnemberg (2010), este pode ser considerado o determinante para o crescimento de sua economia a partir do final da década de 1980, quando suas importações e exportações passam a representar mais de 15% do PIB. O fluxo comercial chinês com o mundo tem um salto expressivo em valores já a partir da década de 1990, como pode ser visto no gráfico 09, sendo acentuado após sua entrada na OMC em 2001.

Gráfico 9: Exportação e importação de bens e serviços (bilhões US\$) – China, 1960-2015



Fonte: WORLD BANK, 2015.

Elaboração própria.

A crise internacional é responsável pela queda de ambas as variáveis, exportação e importações, no ano de 2008, com a recuperação ocorrendo logo no ano seguinte. Em 2015, apesar de queda de 2,9% em relação a 2014, o valor total das exportações chinesas atingiu US\$ 2,43 trilhões. As importações somaram US\$ 2,05 trilhões. Em termos de proporção do PIB, isso equivale a 21,91% e 18,49%, respectivamente. Apesar do valor em dólares das exportações chinesas serem crescentes, desde 2007 elas representam menores porcentagens do PIB. (WORLD BANK, 2015). Segundo Nonnemberg (2010), esse resultado é explicado especialmente pela política cambial, as desvalorizações do renminbi e pelos ganhos de produtividade industrial.

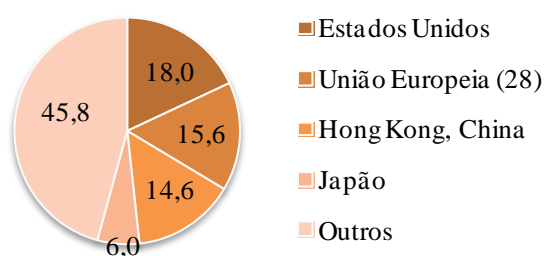
Os resultados no comércio exterior chinês são expressivos se considerarmos que à época do início das reformas econômicas e da abertura da China para o mundo, essa era uma das economias mais fechadas. Segundo Naughton (2007, p. 379, tradução nossa),

Antes de 1979, a razão comércio total/PIB da China nunca excedeu significativamente 10% e alcançou um ponto mínimo de apenas 5% em 1970-1971. O que é particularmente surpreendente é que por quase 30 anos a China vem sendo submetida a ondas repetitivas de liberalização e promoção do comércio, e cada onda vem sendo seguida por um surto de comércio. Possivelmente em nenhum outro setor da economia o padrão de incremento contínuo e reforma cumulativa tenha sido tão óbvio, e os resultados tão inquestionavelmente positivos para a economia Chinesa, quanto no setor de comércio exterior.

Tanto os gráficos 09, 11 e 13, a serem mostrados adiante, expressam justamente o movimento destacado na passagem acima de forte abertura comercial chinesa no setor externo, que, em relação ao PIB, até 1978 era bem abaixo da média mundial, evoluindo e progressivamente para a média já na década de 1990. Naughton (2007) destaca que após 1979 as exportações cresceram rapidamente devido à necessidade de reservas internacionais. Crescimento este ainda mais expressivo entre 1985 e 1995 e abrandado nos anos seguintes devido ao impacto dos eventos externos destacados no capítulo anterior, da apreciação do renminbi e da relativa estabilidade no processo de liberalização das exportações. O surto comercial após 2002, por sua vez, está diretamente associado à maior liberalização do regime de importação impulsionada pelas reformas de preparação à entrada da China na OMC e pelas mudanças empreendidas à época de sua entrada. (NAUGHTON, 2007).

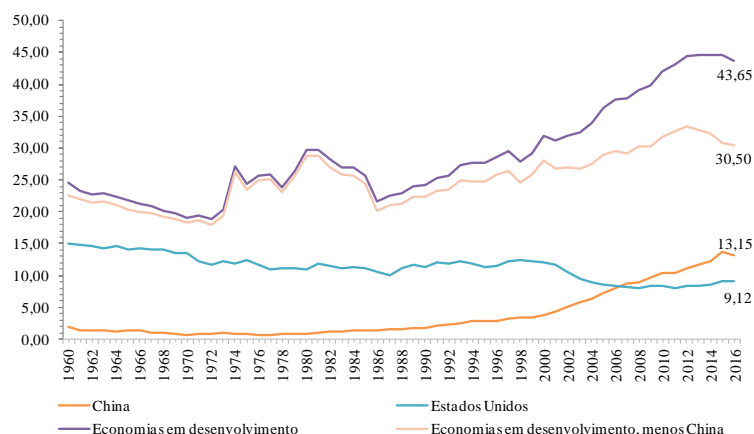
Em relação aos seus parceiros comerciais, o principal destino individual das exportações chinesas em 2015 foram os Estados Unidos, tal qual pode ser visto no gráfico 10.

Gráfico 10: Destino das exportações chinesas (2015)



Fonte: World Trade Organization - WTO, 2015.
Elaboração própria.

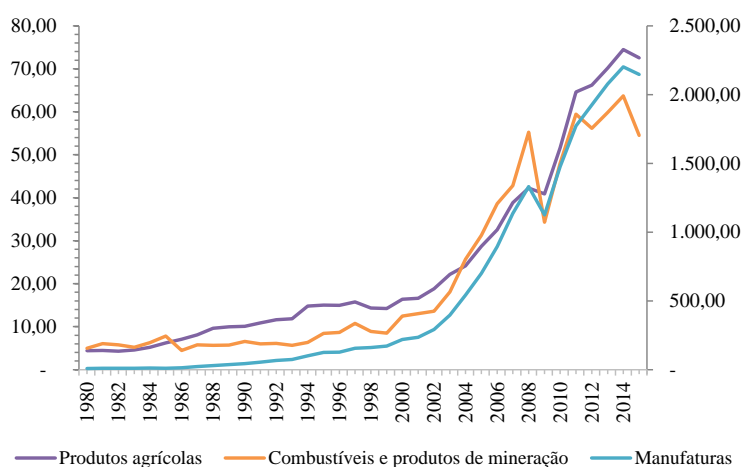
Atrás dos Estados Unidos estão União Europeia (15,6%), Hong Kong (14,6%) e Japão (6%) (WTO, 2015). Se considerado em conjunto com a informação de que ambas as economias representam mais de 30% da economia mundial em termos de produto, podemos perceber as nuances da relação simbiótica entre as economias sino-americana. Essa relação é fortalecida se atentarmos à participação nas exportações globais de mercadorias de ambas, apresentadas no gráfico 11.

Gráfico 11: Participação das exportações de mercadorias no total global (%), 1960-2016

Fonte: United Nations Conference on Trade And Development - UNCTAD, 2015.
Elaboração própria.

A China detém o maior *market share* global (13,15%), seguida pelos Estados Unidos em segundo lugar (9,12%). No início da série, a relação era inversa: a China representava apenas 1,97%, enquanto os Estados Unidos eram os principais exportadores de mercadorias, com 15,07%. Esse movimento, cuja troca se dá em 2007, mostra também o acelerado crescimento das exportações chinesas, tanto a partir de 1990, mas especialmente nos anos 2000, indo de encontro às informações já destacadas. (UNCTAD, 2015).

O gráfico 12, por sua vez, ratifica a importância das exportações de manufaturas (no eixo direito do gráfico) para a economia chinesa: seus valores são muito superiores se comparados às exportações de produtos agrícolas ou combustíveis e produtos de mineração. (WORLD BANK, 2015).

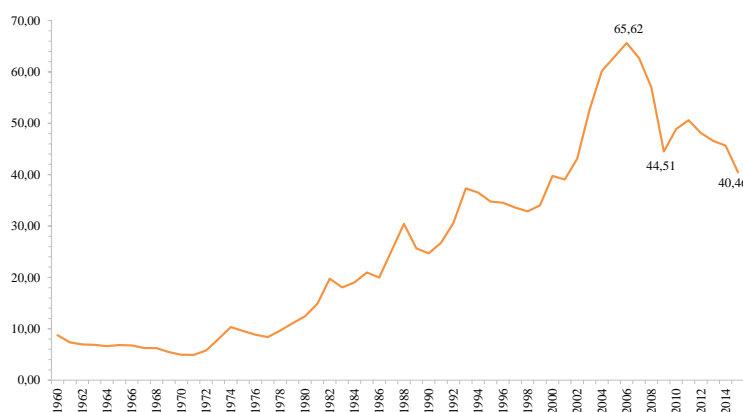
Gráfico 12: Exportações por categorias (bilhões US\$) – China, 1980-2015

Fonte: WTO, 2015
Elaboração própria.

Naughton (2007) destaca dois períodos de mudanças importantes na pauta de exportações chinesas. O primeiro, pós-1985, com um aumento na exportação de mercadorias intensivas em mão de obra e decréscimo de recursos naturais. Desde 1995, os principais produtos exportados pela China são manufaturas intensivas em mão de obra. E o segundo após 2002, com o crescimento da participação de exportação de maquinários e eletrônicos, apesar da ainda elevada participação das manufaturas intensivas em mão de obra.

Como consequência, o grau de abertura comercial chinês em relação ao PIB, apresentado no gráfico 13, teve um imponente aumento: de 8,73% (1960) a 65,62 (2006).

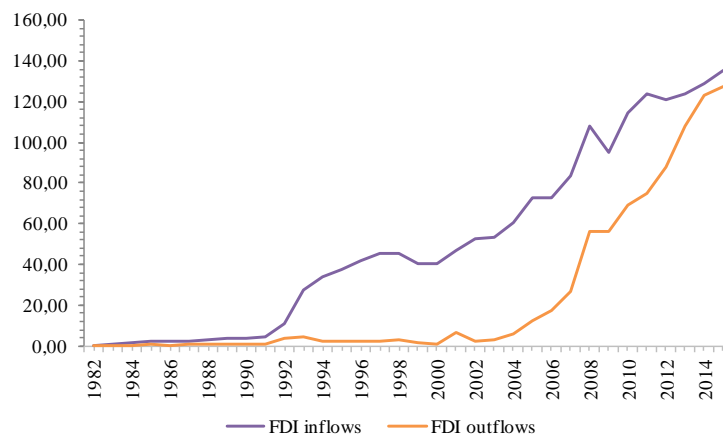
Gráfico 13: Abertura comercial (% PIB) – China, 1960-2015



Fonte: WORLD BANK, 2015.
Elaboração própria.

Em 2009, em um contexto de crise, esse percentual apresentou queda, atingindo 44,51%. Apesar da recuperação nos anos seguintes, em 2015 o grau de abertura comercial foi de 40,46%, o que fez com que a média de 2008 em diante fosse menor do que a abertura comercial média entre 2001 e 2007. (WORLD BANK, 2015).

Quanto aos fluxos financeiros, a entrada de IED, mostrados no gráfico 14, tem um crescimento expressivo a partir de 1992, passando de US\$ 4,37 bilhões (1991) a US\$ 40,71 bilhões (2000).

Gráfico 14: Entrada e saída de Investimento Externo Direto (IED) (bilhões US\$) – China, 1982-2015

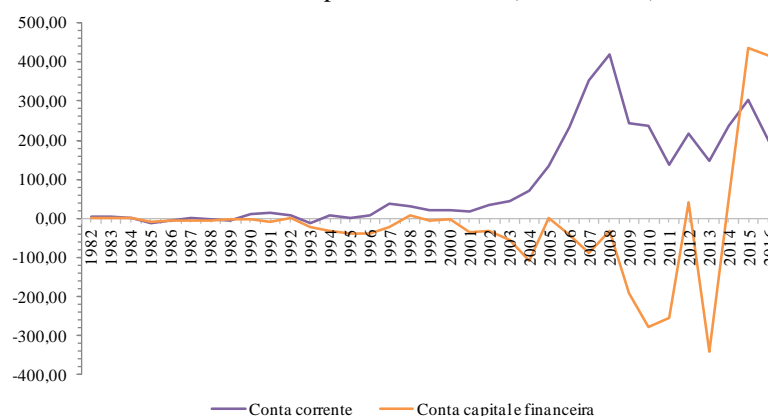
Fonte: UNCTAD, 2015.

Elaboração própria.

A entrada de investimentos continua a ser alta e a crescer nos anos 2000, com uma queda em 2009, mas logo apresenta recuperação. Em 2015, foi de US\$ 135,6 bilhões. Merece destaque a partir de 2001 o crescimento expressivo dos investimentos externos chineses, que passou de US\$ 6,89 bilhões (2001) a US\$ 127,56 bilhões (2015). (UNCTAD, 2015). O crescimento significativo da entrada de IEDs em 1992 tem dois principais motivos: o primeiro, os discursos de Deng Xiaoping, responsáveis por aliviar as tensões internacionais após os acontecimentos de Tiananmen em 1989 e permitindo o investimento externo fluir graças às políticas de atração já estabelecidas; e o segundo, a abertura progressiva do mercado doméstico para investidores externos, já que o IED antes era restringido a apenas a exportadoras de manufaturas (NAUGHTON, 2007).

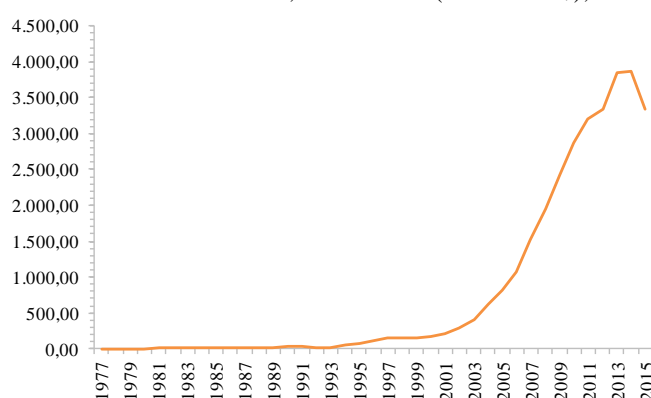
Grande parte desse investimento direto é proveniente dos Estados Unidos (PINTO, 2011) e, como um todo, representa um papel importante na economia chinesa. O crescimento do investimento externo direto e da formação de bruta capital na China está diretamente relacionados, com o IED sendo a principal fonte de transferência tecnológica para o país. Segundo Naughton (2007, p.145, tradução nossa), “(...) a China utiliza as oportunidades e competências que o investimento externo direto traz para identificar e desenvolver projetos de investimentos produtivos”.

Por fim, em relação ao balanço de pagamentos, a China apresenta superávits na conta comercial, com pico no ano de 2008, tal qual pode ser visto no gráfico 15, o que é explicado pelo forte crescimento das exportações nos anos 2000.

Gráfico 15: Conta corrente e conta capital e financeira (bilhões US\$) – China, 1982-2016

Fonte: IMF, 2017b.
Elaboração própria.

Desde então, o resultado vem apresentando queda, com pequenas recuperações em 2012 e 2015. O resultado em conta corrente a partir de 2008 é um reflexo do resultado comercial chinês: a forte queda nas importações é causa da diminuição dos elevados superávits em conta corrente desde então (KANG e LIAO, 2016). A conta capital e financeira, por sua vez, é estruturalmente deficitária, tendo apresentado superávits em 2012 e 2014 em diante (IMF, 2017b). O resultado global do balanço de pagamento chinês, por consequência, é superavitário, o que se reflete na forte acumulação de reservas internacionais, saldo que atingiu um valor de US\$ 3,34 bilhões em 2015. Como mostra o gráfico 16, a acumulação de reservas é notável. (WORLD BANK, 2015).

Gráfico 16: Reservas chinesas, menos ouro (bilhões US\$), 1977-2015

Fonte: WORLD BANK, 2015.
Elaboração própria.

Pinto (2011, p. 55), destaca a composição das reservas chinesas. Segundo o autor:

- i) entre 2000 e 2004, as transações correntes contribuíram com 40,8% das reservas acumuladas (de US\$ 460,7 bilhões), sendo que a contribuição da balança comercial (47,%) foi maior do que a das transações correntes, o que evidencia que os outros

componentes das transações correntes foram deficitários. Pelo lado da conta capital e financeira, verificou-se a contribuição de 50,4% do acúmulo de reservas, sendo que o ingresso líquido de IED contribuiu com 48,2%; ii) entre 2005 e 2009, o saldo nas transações correntes contribuíram com 81% das reservas (de US\$ 1,519 trilhão). Desta conta, o componente que mais gerou reservas foi a balança comercial (68,1%). Quanto à conta capital e financeira observou-se que ela proporcionou 16,5% das reservas que foi inferior ao resultado líquido do IED (20%), evidenciando, por sua vez, a ocorrência de uma saída de outros tipos de capitais.

O grande volume de reservas em dólares tem outra consequência importante e fortalece o que foi dito sobre a relação simbiótica entre as economias sino-americana: a China acaba sendo devedora dos Estados Unidos, pelo lado dos IEDs, e ao mesmo tempo credora graças ao forte acúmulo de reserva norte-americana. Em que pese os dados oficiais não divulgarem a composição de suas reservas, estima-se que entre 70% e 75% seja em dólares. (PINTO 2011).

Como pode ser visto no capítulo anterior e nos dados aqui destacados, as reformas econômicas e a transição para uma economia de mercado tornaram, após 30 anos, a China a segunda maior economia do mundo e um dos principais polos dinâmicos do crescimento mundial. No entanto, a crise de 2008 apresentou impactos diretos nas contas chinesas e, para alguns autores, impõe à China a necessidade de rebalanceamento de seu modelo de crescimento, assunto que será abordado no próximo capítulo.

5. O REBALANCEAMENTO ECONÔMICO E OS IMPACTOS DA NOVA TRAJETÓRIA

No capítulo anterior foi possível observar como a crise de 2008 impactou os principais indicadores econômicos chineses, dando indícios de uma mudança de rumo e desaceleração econômica. Diante deste contexto, impõe-se a necessidade de rebalanceamento do crescimento econômico – o que, por sua vez, apresenta impactos diretos para a economia internacional. Desta forma, o presente capítulo se propõe a tratar do objetivo central do presente trabalho: os impactos internos e externos do rebalanceamento econômico chinês. Para tal, estuda-se, em um primeiro momento, como se dá o rebalanceamento do crescimento chinês internamente, para então poder analisar seus impactos externos.

5.1. REBALANCEAMENTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

Quando a crise internacional de 2008 tem início, já se questionava um possível esgotamento do padrão de crescimento chinês e a sustentabilidade ambiental, social e de crescimento do produto em si da trajetória ascendente chinesa a longo prazo (HOFMAN e KUJIS, 2007; LARDY, 2006). É inegável que o crescimento chinês em 30 anos teve diversos efeitos positivos para a economia, como ter tirado cerca de 500 milhões de pessoas da pobreza. No entanto, em conjunto com essas conquistas, diversos desafios econômicos e sociais se impunham que poderiam vir a prejudicar o crescimento da economia e a busca por uma sociedade harmoniosa. (LI, 2012; SCHLELLEKINS, 2013).

Assim, em 2008, já era possível encontrar sinais de desequilíbrio da economia. Até então, o padrão de crescimento chinês vinha sendo fortemente centrado na indústria manufatureira, em investimentos e demanda externa, causando enormes superávits em conta corrente e acumulação de reservas internacionais. Esse modelo gerou, como consequência, uma alocação sub-ótima de recursos, fortes restrições e impactos ambientais e crescente desigualdade de renda. (HOFMAN e KUJIS, 2007). Ainda, restringiu o desenvolvimento do setor de serviços, e seu aumento de produtividade, e de investimentos em capital humano (SCHLELLEKINS, 2013).

Sob as três ótimas acima (macroeconômica, ambiental e desigualdade), Hofman e Kujis (2007) já apontavam antes da crise o desbalanceamento chinês. Sob a ótica macroeconômica, as elevadas taxas de poupança e superávits em conta corrente foram os principais responsáveis pelo crescimento intensivo em capital, especialmente o capital

industrial (HOFMAN e KUJIS, 2007). As variáveis estão diretamente relacionadas: quando o a poupança é mais elevada que o investimento, os saldos em conta corrente são positivos – o que se refletia numa pressão para baixo das taxas de juros internacionais (ZHANG, 2016).

A questão que se impõe é que esse modo de crescimento intensivo pode não ser sustentável em longo prazo por três motivos: i) para continuar com um crescimento intensivo em capital, tanto as taxas de poupança e investimentos teriam que crescer absurdamente (aproximadamente 50% a 60% do PIB); ii) esse modelo aumentou a desigualdade urbano-rural, tendo criado menos empregos urbanos e com um padrão mais intensivo; iii) o crescimento é pautado pela produção de manufaturas, que geralmente é maior que a demanda doméstica, e crescentes saldos em conta corrente. (HOFMAN e KUJIS, 2007). A exportação de manufaturas também foi pautada, até então, por bens de baixa tecnologia, pouco valor agregado e intensivos em mão de obra para um número relativamente concentrado de países⁵ – ou seja, indústrias que recentemente vinham perdendo competitividade externa graças aos crescentes custos com trabalhadores e a gargalos de recursos (como terra, água e energia) (LI, 2012).

Como a expansão das exportações é contínua, enquanto as importações são mais moderadas devido a certos níveis de substituição de importações, os saldos positivos em conta corrente se traduzem em superávits no balanço de pagamentos. Dessa forma, o Banco Central Chinês (People's Bank of China) constantemente necessita promover a esterilização da moeda, gerando tensões em seu balanço, um crescimento rápido no preço de seus ativos e mantendo a taxa de juros doméstica baixa. Além disso, as diferenças entre produção e demanda doméstica impactam diretamente na renda das famílias, que tem declinado em relação ao PIB. (HOFMAN e KUJIS, 2007).

O padrão de crescimento também apresenta impactos ambientais relevantes. A elevada intensidade energética da produção chinesa têm despertado sérias preocupações em relação à segurança energética. O consumo de combustíveis e petróleo é crescente, mas ainda grande parte da energia consumida é proveniente do carvão. Isso tem um impacto direto na qualidade do ar, que é bem baixa, em especial nas cidades, e na saúde da população, cujos custos em 2007 eram aproximadamente de 3,8% do PIB. O acesso à água é outro problema importante, já que não só é escassa como a eficiência de seu uso é baixa. (HOFMAN e KUJIS, 2007).

⁵ Segundo Li (2012), em 2008, o comércio chinês com seus dez principais parceiros comerciais – Japão, Estados Unidos, União Europeia, Hong Kong, ASEAN, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, Rússia e Canadá – representavam 80,7% e 72,3% das exportações e importações, respectivamente, do país.

E, por fim, os autores destacam a desigualdade de renda crescente: a forte acumulação de capital industrial e urbano causou grandes diferenciais de produtividade na economia o que, por sua vez, fomentam grandes desigualdades de renda. Complementam esse processo a forte criação de empregos na manufatura, que atinge apenas parte dos trabalhadores; a urbanização e a queda de produtividade do setor agrícola em comparação ao urbano; e a estratégia voltada ao crescimento em regiões próximas ao litoral, incentivando desigualdades entre as províncias. (HOFMAN e KUJIS, 2007). A desigualdade foi intensificada pelo acesso desigual a serviços públicos e a tensões envolvendo a aquisição de terras (SCHLELLEKINS, 2013). Damas (2014, p.119), reforça essa questão ao afirmar que “(...) para um mesmo crescimento econômico, o país tem gerado cada vez menos empregos e, conseqüentemente, menos renda tem sido transferida para os trabalhadores”.

Lardy, ao escrever em 2006, já afirmava que a China era a maior responsável pelos desequilíbrios globais graças aos elevados superávits em conta corrente, seguida pelos Estados Unidos e seu déficit em conta corrente. Em 2007, Hofman e Kujis preveem que esses três desbalanceamentos tendem a serem aprofundados caso o cenário de crescimento se mantenha o mesmo. Para Schellekins (2013), à época, é clara a desaceleração estrutural da economia chinesa por três motivos. Primeiro, há indícios de que a força-motor da economia (o setor industrial) deve desaquecer nos próximos anos, principalmente porque a maior parte da transferência dos recursos da agricultura para o setor industrial já ocorreu. Espera-se, assim, que tal movimento tome a direção do setor de serviços. Segundo, a China está passando por novas mudanças demográficas com o envelhecimento da população, o que pode ter um impacto significativo no potencial de crescimento da produção. Por fim, o crescimento da produtividade total dos fatores tende a cair, já que a economia já teria absorvido todos os ganhos das reformas econômicas praticadas até então, sendo necessário um novo ciclo de reformas – fundamentalmente, em direção ao rebalanceamento econômico, social e ambiental.

Quando a crise irrompe no final de 2008, a necessidade de mudança de crescimento econômico torna-se mais que evidente, tanto para a China superavitária quanto para países deficitários. Em um cenário de crescente consumo interno e diminuição da demanda do exterior fazia sentido então a mudança de um modelo intensivo em investimentos para um crescimento mais pautado pelo consumo (DAMAS, 2014). Para Zhang (2016), a China atinge assim um ponto de inflexão em que a continuação do modelo de crescimento promovido até então irá levar a economia ou para a armadilha da renda média⁶ ou irá gerar uma crise

⁶ Segundo Glawe e Wagner (2017, p.2, tradução nossa), “O termo MIT [*Middle-Income Trap* – Armadilha da Renda Média], que foi introduzido por Gill e Kharas em 2007, geralmente se refere a países que registraram

financeira. É, dessa forma, imprescindível o rebalanceamento do crescimento de sua economia (DAMAS, 2016; HUANG, 2014; ZHANG, 2016, entre outros). Ainda assim, a resposta imediata do governo chinês à crise foi uma política fiscal expansionista e maiores empréstimos destinados a investimentos, reforçando o modelo de crescimento sustentado até então e desbalanceando ainda mais a economia. (DAMAS, 2014).

De qualquer forma, o governo chinês passou a desenvolver políticas que promovam o rebalanceamento da economia. Segundo Santos e Milan (2016, p.2), “(...) determinados aspectos do desequilíbrio já eram conhecidos das autoridades chinesas desde a segunda metade da década de 1990”, assim como a necessidade de rebalancear a economia em direção ao consumo (à época, motivados pela crise financeira asiática), ainda que se tornassem explícitos somente em 2010 e fossem intensificados efetivamente apenas após a crise de financeira global. (SANTOS e MILAN, 2016; WANG, 2014).

Segundo Lardy (2006), em 2004, os líderes chineses acordaram em alterar a estratégia de crescimento do país em direção à expansão do consumo doméstico, o que foi ratificado em discursos futuros do Premier Wen Jiabao. Suas preocupações iniciais não eram diminuir a taxa de crescimento econômico; e sim aumentar a eficiência do investimento graças a alterações na estrutura da demanda.

O 11º Plano Quinquenal (PQ) (2006 – 2010) marcou um ponto de inflexão ao trazer a preocupação com o desequilíbrio, sendo que até então o plano anterior focava no forte crescimento com base em investimentos e indústria. Foram destacados os desequilíbrios nos gastos agregados da economia e da relação investimento e consumo, com necessidade de aumentar o papel desse e da demanda doméstica para o crescimento. (SANTOS E MILAN, 2016). Segundo Naughton (2005), o Plano também destaca fortemente os desequilíbrios no setor de energia, visto sob uma perspectiva ambiental e de sustentabilidade; e nas relações urbano-rurais, que em última instância teriam como objetivo maiores rendas das famílias rurais. Um dos maiores avanços do 11º Plano em relação aos demais é tornar explícita a busca por um desenvolvimento mais sustentável, compreensível e coordenado, com a primeira orientação a ser perseguida (*must do's*) sendo “sustentar um desenvolvimento estável de alta velocidade” (NAUGHTON, 2005, p.2).

rápido crescimento e assim atingiram o *status* de país de renda média em um curto período de tempo, mas não foram capazes de alcançar as economias desenvolvidas de alta renda. Alguns exemplos típicos de países MIT são a Malásia e Tailândia no Leste Asiático e o Brasil e Colômbia na América Latina”. Para Kharas e Kohli (2011), a armadilha da renda média prende esses países em um dilema, onde eles são incapazes de competir tanto com países de baixa renda quanto com economias avançadas. Os primeiros por serem exportadores de manufaturas com baixo custo de mão de obra, e os segundos pelo alto nível de desenvolvimento tecnológico.

O 12º Plano Quinquenal (2011 – 2015) aprofundou essa questão ao tornar a necessidade de rebalanceamento explícita e recorrente ao longo do texto. Um exemplo é a diminuição da taxa de crescimento anual planejada para os anos do plano (SANTOS E MILAN, 2016). O Plano também destaca a necessidade de “rebalancear seu motor de crescimento por meio do impulso do consumo doméstico, incentivos ao desenvolvimento do segmento terciário ou de serviços” (DAMAS, 2014, p.119).

A tabela abaixo destaca algumas diferenças selecionadas entre o 10º, 11º, 12º e 13º Planos Quinquenais. Em que pese o crescimento do setor de serviços ser um objetivo presente nos três planos, este sempre foi um objetivo secundário, atrás do desempenho industrial e dos investimentos.

Tabela 3: Indicadores socioeconômicos dos Planos Quinquenais

Indicador	10º PQ (2001 – 2005)	11º PQ (2006 – 2010)	12º PQ (2011 – 2015)	13º PQ (2016 – 2020)
Taxa de crescimento anual do PIB	7%	7,5%	7%	6,5%
Varição do crescimento da urbanização	-	De 43% para 47%	De 47,5% para 51,5%	De 56,1% para 60%
Varição da Contribuição de serviços para o PIB	36%	De 40,3% para 43,3%	De 43% para 47%	De 50,5% para 56%

Fonte: Santos e Milan (2016, p. 3/4) e China (2016a).

O 13º Plano Quinquenal, por sua vez, ratifica essa visão acerca da necessidade de melhorar a qualidade e a eficiência do crescimento chinês. O Plano afirma,

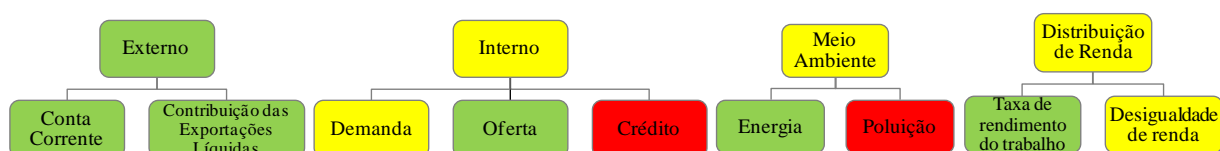
(...) nós devemos estar sobriamente atentos que o modelo de desenvolvimento da China é ineficiente; um desenvolvimento desigual, descoordenado e insustentável continua a ser o problema proeminente; a mudança no ritmo do crescimento econômico, ajustes estruturais, a transformação dos motores do crescimento presente interligam problemas; e enfrentamos uma série de desafios, como garantir um crescimento constante, realizando ajustes estruturais, resguardando contra riscos, e trazendo benefícios para as pessoas. (CHINA, 2016a, p. 11/12, tradução nossa).

O Plano também declara a China ter entrado em um *novo normal*⁷, um diferente estágio de desenvolvimento econômico, e que o risco de cair na armadilha da renda média deve ser evitado (CHINA, 2016b).

⁷ Segundo Angang (2015, tradução nossa), o termo é utilizado para descrever o novo estágio de desenvolvimento chinês. A frase foi utilizada pelo presidente Xi Jinping, mas na origem é “(...) um termo que Mohamed El-Erian, antigo CEO da empresa global de investimentos PIMCO, utilizou celebrenemente para descrever a dolorosa recuperação econômica Ocidental posterior à crise financeira de 2008. No entanto Xi utilizou a frase para descrever algo diferente: um rebalanceamento crucial, em que o país diversifica a sua economia, abraça um nível de crescimento mais sustentável, e distribui uniformemente seus benefícios”.

Sendo assim, segundo Zhang (2016), é possível destacar quatro principais elementos para o rebalanceamento Chinês: i) o rebalanceamento externo, que foca no papel da demanda externa em oposição à doméstica; ii) o rebalanceamento interno, que trata da mudança de um crescimento orientado pelo investimento para o consumo e da transição da indústria para o setor de serviços; iii) o rebalanceamento ambiental, que busca diminuir a intensidade energética da produção e, conseqüentemente, as emissões de gases do efeito estufa; iv) rebalanceamento distributivo, que trata da redução da desigualdade de renda e almeja uma sociedade mais igualitária. O autor apresenta um quadro de desempenho no progresso do rebalanceamento, pós-crise financeira global até 2016, como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 1: Quadro de desempenho do rebalanceamento chinês



Fonte: Adaptado de Zhang (2016, p.8).

No setor externo, o rebalanceamento tem apresentado bons avanços: o superávit em conta corrente em relação ao PIB diminuiu de 10% do PIB para 2% a 3% e a contribuição das exportações líquidas para o crescimento está próxima de zero. Em contrapartida, o excesso de poupança foi absorvido internamente impulsionando o crescimento da taxa de investimento, o que tem afetado negativamente o rebalanceamento interno. Este vem sendo moderado e possui três pontos centrais: a demanda e a oferta, que são complementares, e o crédito. No lado da demanda, o crescimento do consumo vem sendo mais forte a partir de 2012, enquanto o investimento está mais moderado. Ainda assim, as elevadas taxas de investimento chinesas são uma exceção em relação às demais economias, representando mais de 40% do PIB. (ZHANG, 2016).

No lado do crédito, os avanços são limitados: as elevadas taxas de investimento e a má alocação do crédito, graças ao financiamento de firmas com excesso de capacidade, têm gerado uma queda na eficiência, com aumento na intensidade do crédito na produção. Em 2016, sinais de melhorias foram dados com o aumento de empréstimos para os considerados setores da nova economia, em que pese a má alocação ainda ser alta. Por fim, no lado da oferta, os avanços foram substanciais: a importância do setor industrial para o produto passou a declinar desde 2012, com um aumento da participação dos serviços. Um crescimento maior em direção ao setor de serviços servirá, também, para combater a intensidade energética

prejudicial ao meio ambiente, dado que esse setor consome menos energia que o industrial (ZHANG, 2016). No setor industrial, os setores de alta tecnologia estão crescendo mais que os demais, com a China avançando na cadeia de valor (MANO, 2016). Como consequência, a China está se tornando competitiva em novos setores, em especial o de alta tecnologia, tendo como efeito uma diminuição das importações numa espécie de substituição de importações ou, como chama Dizioli *et al.* (2016), *on-shoring*.

Tanto o rebalanceamento ambiental quando distributivo foram heterogêneos, com impactos positivos e negativos. As emissões de gases do efeito estufa, em especial CO₂, diminuíram, reduzindo a intensidade energética da produção, mas ainda permanecem altíssimas nas cidades. Quanto à distribuição de renda, a renda dos trabalhadores tem representado percentuais maiores do PIB, no entanto o rápido crescimento vem aprofundando a desigualdade de renda, o que pode ser verificado pelo aumento do Índice de Gini da China de 0,3 em 1980 para 0,53 em 2013 (ZHANG, 2016).

Zhang (2016) estima que progressos em direção a um crescimento baseado em consumo e serviços, tal qual vêm sendo promovidos até então, tendem a dar continuidade ao rebalanceamento externo e interno da oferta e da demanda. Reformas em prol da melhor alocação de crédito seriam necessárias para o rebalanceamento do crédito. Assim, o sucesso do rebalanceamento econômico chinês, para o autor, está na promoção de novas políticas, coordenadas entre si, que promovam o alcance desse objetivo. Entre elas estão a continuidade do gerenciamento da taxa de câmbio, maiores gastos em saúde, a desregulamentação do setor de serviços e o endurecimento de restrições orçamentárias.

No entanto, cabe destacar que o progresso chinês em direção ao rebalanceamento vem sendo constrangido por obstáculos políticos. Ainda que o governo tenha adotado diversas medidas nesta direção, para além dos Planos Quinquenais – como diversas iniciativas em prol da distribuição e melhoria de renda, políticas para reduzir a poupança precaucional das famílias, habitações acessíveis para a população de baixa renda, para citar alguns –, o nacionalismo estatal chinês e as instituições e interesses arraigados no atual modelo de desenvolvimento são empecilhos à sua implementação. Isso ocorre porque, na visão do nacionalismo estatal chinês, a capacidade estatal, vista como a construção de elevados superávits no balanço de pagamentos, deve ser priorizada. Essa visão começa a mudar após a crise e especial em 2013, quando as reservas chinesas atingem US\$ 3,8 trilhões, mas ainda está muito presente na mentalidade chinesa. O nacionalismo também explica a relevância que se tem dado às empresas estatais e justifica os gastos do governo. (WANG, 2014).

Outra restrição ao rebalanceamento são os grupos de interesses que atuam no país, como o sistema financeiro altamente burocrático controlado pelo Estado e os bancos governamentais, que privilegiam empresas estatais e mantém baixas taxas de juros, transferindo renda das famílias para as empresas. (WANG, 2014). Da mesma forma, Wang (2014) afirma que um rebalanceamento da economia chinesa requer reformas institucionais mais profundas, incluindo um maior grau de liberalização do sistema financeiro.

5.2. IMPACTOS DO REBALANCEAMENTO CHINÊS

A nova trajetória econômica chinesa apresenta, direta e indiretamente, diversos impactos para economia mundial como um todo e para as economias individuais. Contudo, é fato que as transformações ocorridas até então no seu processo de internacionalização por si só já apresentavam seus próprios desdobramentos. Segundo Santos e Milan (2016, p.12), “A transformação do país em uma superpotência comercial contribuiu para desequilíbrios na economia mundial”. Em primeiro lugar, o superávit comercial e em conta corrente chinês, contribuiu diretamente para o déficit estadunidense, graças à relação simbiótica entre ambas as economias, como já destacado. Também favoreceu a internacionalização de empresas chinesas via IED. Em segundo lugar, o modelo intensivo em investimentos teve como consequência a forte demanda por commodities, levando ao aumento internacional do preço de produtos primários. Por último, a oferta elevada de manufaturas afetou os preços internacionais de diversos produtos industrializados. Países que importavam esses produtos da China foram beneficiados, enquanto o contrário ocorreu para seus competidores nesse setor. (SANTOS E MILAN, 2016).

Assim, novas mudanças no modelo de crescimento chinês, tal qual apontadas acima, tendem a gerar novos impactos. Nesse contexto, diversos autores buscam prever quais são esses transbordamentos (DIZIOLI *et al.*, 2016; KIREYEV e LEONIDOV, 2016; MANO, 2016; ZHAI e MORGAN, 2016; entre outros). Em geral, os impactos tendem a serem maiores nas economias em que mais fortes sejam os laços em termos de comércio internacional com a China (DIZIOLI *et al.*, 2016). No entanto, sua repercussão é distinta conforme o tipo de choque, a economia em questão, o setor e a sua relação comercial com a China (MANO, 2016; ZHAI e MORGAN, 2016).

Diversas categorias de análise, bem como diferentes abordagens metodológicas, são utilizadas para medir as repercussões para a economia do rebalanceamento chinês. De maneira geral, elas estão centradas nos seguintes aspectos: i) no lado da demanda: mudança

do investimento para o consumo como motor da economia; ii) no lado da oferta: aumento da participação dos serviços em detrimento da indústria manufatureira; iii) crescimento mais intensivo do setor de alta tecnologia na indústria, o já citado avanço na cadeira de valor; iv) *on-shoring* e redução de importações; v) desaceleração estrutural e cíclica.

O **rebalanceamento da demanda**, puxado pela transferência de investimentos para consumo, leva a aumentos da demanda por produtos domésticos e, assim, a maiores retornos do capital e investimentos privados, além de um aumento de renda real e dos salários na China. Há uma redução nas importações, apreciação da taxa de câmbio e melhora na conta corrente. A queda nas importações se reflete em mudanças nos termos de troca comerciais em benefício da China. O nível de produto global cai, assim como o preço das commodities. Os principais parceiros comerciais da China, com destaque para Taiwan e Coreia do Sul, apresentam queda na renda real e em seus salários. Na Ásia, a menor demanda chinesa é compensada pelo menor preço das commodities. As exportações da Coreia do Sul, Japão e Taiwan para a China de petróleo, papel e produtos em madeira apresentam resultados positivos. O contrário ocorre para maquinários e minerais. No geral, economias de baixa a média renda são beneficiadas com um crescimento mais orientado ao consumo na China, particularmente no sul e sudeste da Europa. (DIZIOLI *et al.*, 2016; MANO, 2016).

Um **crescimento mais centrado em serviços** apresenta um impacto negativo na renda real chinesa, com repercussões limitadas para as outras economias. O impacto é negativo já que a China ainda depende fortemente do setor produtor de mercadorias para exportação; assim, um choque positivo na produtividade do setor que abastece o mercado doméstico é superado por um choque negativo na produtividade do setor voltado para o mercado externo. Enquanto o primeiro choque apresenta impactos positivos para a Coreia do Sul e Taiwan, por exemplo, com esses ocupando setores em que China se torna menos competitiva; o segundo afeta negativamente todas as economias, que irão importar menos produtos chineses e cujo impacto depende do grau de dependência das importações chinesas (MANO, 2016).

O **avanço chinês na cadeia de valor** faz com que o país se torne mais competitivo em setores superiores e, dessa forma, passe a fornecer às demais indústrias produtos de mais alta tecnologia, podendo chegar até mesmo a exportá-los. Assim, o crescimento de setores de alta tecnologia, com uma redução em contrapartida dos setores de baixa tecnologia, causa um aumento de renda no país. Os transbordamentos, em relação aos termos de troca, são positivos para todas as economias, com destaque para Taiwan e Coreia do Sul. No que tange ao desempenho setorial, a menor participação de setores de baixa intensidade tecnológica (alimentação e bebidas ou têxteis) apresenta resultados positivos para a maior parte das

economias. O contrário ocorre em setores de alta intensidade tecnológica, como eletrônicos e maquinários. Coreia do Sul e Taiwan apresentam as maiores reduções de renda, como consequência desse movimento; enquanto nas demais economias o efeito é positivo. (MANO, 2016).

Schlellekins (2013) destaca que, ao passo que o país avança na cadeia de valor, um processo semelhante ao que ocorreu quando a China passou a produzir manufaturas com mais intensidade – da alta competitividade chinesa abafar o desenvolvimento das mesmas indústrias em outros países com as mesmas dotações de recursos –, deve ocorrer com Estados com produção de alta intensidade tecnológica. A competitividade industrial com a China deve, assim, se deslocar para um novo conjunto de países, podendo ter impactos negativos para países com menor competitividade em produtos de alta tecnologia.

O avanço na cadeia de valor está diretamente ligado ao processo de *on-shoring*, ou seja, o avanço na produção em território nacional de produtos antes importados. A redução das importações consequente desse processo levaria a um aumento permanente do PIB chinês. A repercussão do *on-shoring* para a economia mundial é relativamente pequena: o PIB mundial (menos China) cai ligeiramente, o que seria compensado com o aumento do PIB chinês. Caso o processo de *on-shoring* seja liderado por produtos de alta tecnologia, em detrimento de setores de baixo valor agregado, os impactos para a Ásia serão positivos, já que estes passarão a suprir o mercado chinês com produtos de menor intensidade tecnológica. Estados Unidos e América Latina são pouco afetados, enquanto a zona do Euro é mais fortemente impactada pelo seu nível de exposição ao comércio. (DIZIOLI *et al.*, 2016).

De fato, as importações chinesas vêm diminuindo nos últimos anos. Segundo Kang e Liao (p.11, tradução nossa),

O rebalanceamento da China apresenta implicações importantes para sua dinâmica de importações porque cada componente da demanda do PIB apresenta um diferente grau de intensidade de importações. Rebalancear de atividades econômicas com componentes relativamente altos de importação para outras atividades com componentes relativamente baixos de importação iria levar a uma queda geral na demanda por importações, até mesmo sem declínio geral do PIB.

Ao estudar a queda das importações chinesas, Kang e Liao (2016) apontam quatro causas principais: i) a queda nas demandas doméstica e internacional; ii) um investimento mais fraco decorrente do rebalanceamento, que contribuiu entre 40% a 50% da queda, a partir de 2014, enquanto o desaquecimento das exportações contribuiu com 40%; iii) o processo de *on-shoring*, apesar de este contribuir apenas ligeiramente para a diminuição das importações; iv) apesar da incerteza ao se quantificar o impacto do rebalanceamento na queda das

importações, os autores sugerem que cerca de metade da queda recente das importações é explicada pela transição de uma economia intensiva em investimentos e exportações para maior consumo doméstico. Hong *et al.* (2016) ratificam os mesmos quatro pontos ao estudar as causas da menor vigor das importações chinesas.

Kireyev e Leonidov (2016) vão ao encontro dos autores supracitados ao afirmar que há indícios de que a queda nas importações chinesas é explicada pela transição em direção a um crescimento liderado pelo consumo, e não pelo investimento. Ao estimar o choque da queda nas importações para o mundo, os autores concluem que este se refletiria diretamente em um choque de exportações nos seus parceiros comerciais mais próximos. A Ásia e Pacífico são as principais regiões afetadas, com destaque para Hong Kong, Singapura, Ilhas Salomão, Malásia, Mongólia e Vietnã. Oriente Médio e Ásia Central também seriam afetados acima da média mundial. O impacto seria insignificante para economias avançadas, como Alemanha, Canadá e Japão. Países exportadores de petróleo e metais também seriam impactados, os últimos de maneira mais significativa. (KIREYEV e LEONIDOV, 2016).

Espera-se também que, como consequência do processo de rebalanceamento, a composição das importações de commodities pela China se altere, com uma menor demanda por metais e petróleo, ao passo que a demanda por alimentos, como carnes e proteínas, e gás natural deve crescer – ou seja, produtos mais relacionados à demanda por consumo do que investimento. Isso também deve ter um impacto direto na América Latina, um dos seus maiores fornecedores de matérias primas. Na região, Chile e a Venezuela devem ser os mais impactados por esse processo, uma vez que exportam grandes quantidades de petróleo e cobre para a China. O Uruguai será o país mais beneficiado pela exportação de alimentos. Já o Brasil e o Peru são casos intermediários: se beneficiam pela exportação de alimentos, como soja e peixes, mas são prejudicados pelas menores exportações de cobre e minério de ferro. (FORSTER, 2015; HUANG, 2014; SCHLELLEKINS, 2013).

Por fim, a **desaceleração estrutural** é resultado de uma redução na produtividade que, por sua vez, diminui o PIB chinês. Ela refletiria tanto as menores taxas de crescimento do produto auferidas no país, quanto os objetivos mais brandos de crescimento econômico pelo governo chinês. Uma menor produtividade apresentaria as seguintes consequências para a economia chinesa: redução do retorno sobre o capital; menores investimentos, salários reais e renda das famílias e, por sua vez, menor demanda por consumo. Uma menor demanda leva à queda das importações o que, no fim, causa uma apreciação da taxa de câmbio, reduzindo a demanda externa por produtos chineses em que pese sua conta corrente apresentar melhoras.

A demanda doméstica tende a cair mais do que a oferta, levando a queda leve da inflação. (DIZIOLI *et al.*, 2016).

De maneira geral, o menor PIB chinês leva, também, à redução do PIB global (menos China), além de queda nos preços de algumas commodities como o petróleo e metais. Na Ásia emergente, os impactos são muito próximos à economia mundial, à exceção dos países cuja relação comercial seja mais forte, em que a queda do preço das commodities compensaria e fraca demanda chinesa. Os impactos no Japão/América Latina e a zona do Euro são muito próximos da média mundial; enquanto para os Estados Unidos o impacto da queda do PIB chinês é positivo, uma vez que se beneficia da queda do preço de commodities. (DIZIOLI *et al.*, 2016).

Por fim, uma **desaceleração cíclica**, proveniente de pressões financeiras, poderia levar a um choque de demanda, sendo a de maior repercussão negativa para o PIB chinês e mundial, ainda que países importadores de commodities sejam beneficiados com a queda de preços de produtos primários. (DIZIOLI *et al.*, 2016). Espera-se que os desafios que se impõem à economia chinesa no processo de rebalanceamento tenham um impacto direto nos mercados financeiros. As expectativas dos investidores são e serão constantemente afetadas pela incerteza e por projeções de que a economia chinesa pode a qualquer momento colapsar nesse processo. Ainda assim, as oportunidades para se beneficiar de recursos provenientes de investimento direto chinês e de um menor monopólio de empresas estatais, abrindo espaço para investimentos nessas empresas, são enormes. (HUANG, 2014).

As análises anteriores sugerem que os principais afetados pelo rebalanceamento do crescimento econômico chinês são países asiáticos e os exportadores de commodities (DIZIOLI *et al.*, 2016; KIREYEV e LEONIDOV, 2016; MANO, 2016; VERGERON, 2015; ZHAI e MORGAN, 2016). Segundo Hong *et al.* (2016, p.24, tradução nossa), “A exposição dos países asiáticos à demanda final chinesa é maior que outros países ou regiões”. Assim, os países Asiáticos (em especial, Taiwan e a Coreia do Sul) e os exportadores de *commodities* serão os mais afetados pelo rebalanceamento em direção ao consumo interno no curto prazo uma vez que a desaceleração do crescimento chinês impacta diretamente as exportações e os termos de comércio com as economias asiáticas e os exportadores de commodities (HONG *et al.*, 2016; ZHAI e MORGAN, 2016).

As estimativas de Thorbecke (2017) para as repercussões do rebalanceamento chinês para as economias individuais também sugerem que as economias mais expostas à queda no comércio internacional com a China são Taiwan, Coreia do Sul, membros da ASEAN e o Japão, na Ásia – ratificando o que afirmado até então. Exportadores de commodities, como

Austrália, Brasil, Arábia Saudita e Indonésia, e exportadores de bens de consumo sofisticado e bens de capital, como Alemanha e Suíça, também estão consideravelmente expostos à queda nas importações chinesas.

Ainda, quanto à análise regional dos impactos do rebalanceamento, Vergeron (2015), ao analisar o impacto do rebalanceamento chinês para a Europa, afirma que, dentre os países europeus, o mais afetado seria a Alemanha, país europeu de maior fluxo comercial com a China, centrado em setores como a construção e maquinários. Reformas no mercado chinês podem, no futuro, favorecer exportações europeias de bens de consumo, em especial artigos de luxo, já que é estimado um grande crescimento da classe média chinesa. Contudo, os laços Europa-China vão além da questão comercial: é crescente a preocupação com a inter-relação financeira entre os mercados, tendo em vista que investidores europeus foram os mais afetados pela bolha na bolsa de Xangai em 2015.

Lakatos *et al.* (2016), por sua vez, ao estudar os impactos da desaceleração chinesa para a África Subsaariana, afirma que esses países africanos seriam mais impactados pela queda do PIB chinês do que a média mundial, graças às menores exportações destes para a China e a queda no preço das *commodities*. Já estimativas do rebalanceamento em direção a consumo privado e serviços, se mostram positivas para a região e para o PIB global. Se medidos em conjunto, desaceleração e rebalanceamento, as externalidades positivas deste tendem a serem maiores do que a queda do produto global causada por seu desaquecimento, apresentando, assim, resultados positivos para a África Subsaariana e para a economia mundial.

5.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou apresentar os impactos internos e externos do rebalanceamento do crescimento econômico chinês. O cenário antes da crise já dava indícios claros de desequilíbrio: observava-se um modelo intensivo em investimentos e exportações, pautado por elevados índices de poupança e superávits em conta corrente, com crescimento contínuo das exportações frente a importações cada vez mais moderadas. Eram gerados, assim, saldos positivos no balanço de pagamentos, o que incentivava a acumulação de reservas estrangeiras e impunha a necessidade de esterilizar a moeda. As taxas de juros domésticas, por sua vez, mantinham-se baixas. Como consequência desse modelo de crescimento prejudicial ao meio ambiente, a desigualdade de renda tornou-se uma realidade, não só entre os meios rural e urbano, mas também entre o litoral e o interior do país.

Desta forma, quando a crise financeira global de 2008 tem início, a necessidade de inflexão do modelo de crescimento chinês é apenas ratificada. Suas autoridades já davam indícios do conhecimento dos problemas impostos por seu padrão de desenvolvimento econômico desde 2004, com esta discussão estando presente no 11º Plano Quinquenal em diante, ainda que com diferentes enfoques e atenção dada ao tema do rebalanceamento. Tamanho era o conhecimento do desequilíbrio econômico por parte das autoridades chinesas que em 2015, no 13º Plano Quinquenal, o desenvolvimento do país foi caracterizado como ineficiente, desigual, descoordenado e insustentável.

Internamente, estão sendo feitos progressos em direção ao rebalanceamento. O consumo doméstico vem sendo mais forte do que o investimento, em termos de contribuição ao PIB chinês. O mesmo ocorre com os serviços, cujo valor adicionado à produção chinesa já é maior do que o setor secundário. A produção industrial chinesa está cada vez mais avançando na cadeia global de valor – bens de maior intensidade tecnológica vêm sendo produzidos, em detrimento da produção de manufaturas de baixo valor agregado. O superávit em conta corrente vem sendo menor, bem como as exportações líquidas apresentam uma participação pequena para o produto chinês, sob a ótica das despesas. A má alocação de recursos de investimento, a própria taxa de investimento (que ainda é altíssima em relação às médias mundiais) e os excessos de poupança ainda são desafios importantes na busca chinesa de um crescimento mais sustentável e de longo prazo. Não menos importantes são as questões energética e distributiva que, apesar dos avanços, revelam barreiras importantes para o alcance desse objetivo, como as altas taxas de poluição, decorrentes da intensidade energética do produto chinês, e das disparidades de renda existentes, que tendem a causar grande desigualdade social.

Os fatos destacados no parágrafo acima já podiam ser observados nos dados trazidos no capítulo quatro. Os dados sobre o valor adicionado ao PIB, sob a abordagem da produção, no gráfico 06 (página 37), mostram justamente o ponto de troca, quando os serviços passam a ter um percentual maior do PIB que serviços, em 2012. O mesmo ocorre, sob a abordagem das despesas, no gráfico 07 (página 38), entre as contribuições de consumo final e investimento bruto: que trocam de lugar em termos de contribuição para o PIB em 2014, quando consumo passa a ser a variável mais importante. No mesmo gráfico, é possível ver que 2011 em diante, a contribuição das exportações vem sendo relativamente constante, perto de zero. Já a taxa mais moderada de investimento e a alta taxa de poupança podem ser observadas no gráfico 08 (página 39); assim como os superávits em conta corrente no gráfico 15 (página 45), que, apesar de altos, são menores do que o verificado em 2008 e que indicam

a descontinuidade de uma tendência de crescimento desses superávits que vinha ocorrendo desde o início dos anos 2000.

Ainda assim, em que pese a desaceleração do seu crescimento econômico, decorrente da crise, mas também como consequência do rebalanceamento, as taxas de crescimento da econômica chinesa não foram profundamente alteradas. O crescimento anual do PIB chinês é maior que a média mundial e que outras regiões de países em desenvolvimento (o que pode ser visto no gráfico 04, página 35). Um indicador ainda mais relevante é a taxa da participação da China no PIB, em termos de PPC, que está em alta e não sofreu alterações pós-2008, enquanto Estados Unidos apresentou leve queda em sua participação na economia global (gráfico 05 página 36). O mesmo ocorre no caso de sua participação nas exportações de mercadorias globais, que é crescente e supera a participação estadunidense em 2007 (gráfico 11, página 42).

Externamente, o rebalanceamento chinês tende a impactar de maneira mais significativa as economias asiáticas (com destaque para Taiwan e Coreia do Sul) e os exportadores de commodities, como já destacado na seção anterior. Tal qual apresentado, espera-se, no curto prazo, uma desaceleração do produto mundial, diminuição das importações chinesas, alteração na composição das importações de commodities pela China (de metais e petróleo para alimentos e gás natural), diminuição dos preços internacionais das commodities e incerteza nos mercados financeiros.

Ainda assim, acredita-se que a médio e longo prazo os resultados do rebalanceamento sejam positivos para a economia mundial. Segundo Hong *et al.* (2016, p.4, tradução nossa), “Efeitos colaterais do rebalanceamento da demanda chinesa são sobretudo negativos no curto prazo, enquanto se tornam positivos – ou menos negativos – a médio prazo, já que o rebalanceamento irá conduzir para um crescimento maior e mais sustentável no médio prazo”. Lardy (2006), ainda que escreva antes da crise, ao analisar a estratégia de crescimento chinês já afirma que, se bem realizada a transição de uma economia puxada por investimentos e exportações para consumo doméstico, as implicações serão positivas para a China e para o mundo. Vergeron (2015) vai ao encontro dos autores citados ao defender a tese da aterrissagem suave a médio prazo (*soft landing*) da economia chinesa, pelos progressos já destacados – qual sejam, crescimento de salários, continuação do processo de urbanização e redirecionamento em direção a serviços.

6. CONCLUSÃO

É inquestionável o crescimento da economia chinesa nos últimos anos. O país, que nos anos 1950, representava apenas 5% da economia mundial, tornou-se, nos anos 2000, a segunda maior economia do globo e o polo dinâmico de crescimento da Ásia e do mundo. Seu modelo de crescimento, calcado no binômio investimentos-exportações, já apresentava sinais de esgotamento após décadas de elevado desempenho. Assim, quando a crise financeira global de 2008 irrompe, torna-se clara e imprescindível a necessidade de rebalanceamento do crescimento chinês, processo que já vinha se iniciando a passos lentos nos anos anteriores. Os anos seguintes, portanto, presenciaram diversas medidas em direção ao rebalanceamento, o que, por sua vez, apresentou repercussões diretas na economia chinesa e internacional. Nesse contexto, o presente trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: **quais os impactos internos e externos do rebalanceamento do crescimento econômico chinês?** Para tal, o trabalho construiu-se sob quatro objetivos específicos, com o fim de compreender os fenômenos a serem estudados.

Um primeiro objetivo específico tratava de compreender a história da China Imperial e socialista, de forma a compreender o ponto de partida para a internacionalização de sua economia. Assim sendo, o segundo capítulo tratou de apresentar brevemente a história da China imperial e socialista. A China Imperial era muito mais desenvolvida do que a Europa até o início do século XIX, em grande parte graças à centralização imperial e à formação de um sistema sinocêntrico na Ásia. As incursões estrangeiras e o século de humilhações, bem como o excepcionalismo europeu após a Revolução Industrial com o desenvolvimento do capitalismo no continente, fizeram com que a economia chinesa colapsasse e ficasse para trás em termos de desenvolvimento. A Revolução Comunista e a chegada de Mao Tsé-Tung ao poder instituíram as bases que permitiriam a reforma e a abertura da economia em um momento seguinte, sendo essenciais para a futura modernização da economia.

Partindo desse contexto, o segundo objetivo específico propunha-se a estudar o processo de internacionalização da economia chinesa, o que foi tratado no capítulo três. A primeira fase, promovida por Deng Xiaoping a partir de 1978, ficou conhecida como Reforma e Abertura. Suas Quatro Modernizações – agricultura, indústria, militar e tecnológica-cultural – redirecionaram os objetivos do Partido em direção do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que instituiu um modelo de desenvolvimento econômico calcado na direção Estatal e com a adoção de práticas modernas, como as ZEEs, intensivo em exportações e investimentos. O final da Guerra Fria inaugurou uma segunda fase no processo de

internacionalização da economia chinesa, em que a China aproximou-se mais dos arranjos econômico regionais, bem como aproveitou as ondas de desenvolvimento asiáticas. A crise financeira de 1997 configurou-se como uma oportunidade, tendo em vista que à época o país já apresentava condições estruturais para enfrentar a crise, sendo que a maioria dos países asiáticos estava com sua economia fragilizada. Isto posto, no início do século XXI, a China desponta como um forte polo dinâmico de acumulação capitalista. Sua entrada formal na OMC em 2001 aprofundaria esse processo. A adoção definitiva da globalização econômica foi responsável por um forte impulso à economia chinesa, que apresentou altíssimas taxas de crescimento e inserção nos fluxos comerciais globais nos anos subsequentes.

Portanto, em 2008, quando aponta a crise, a economia chinesa apresentava forte grau de internacionalização. Contudo, suas taxas de crescimento são ligeiramente afetadas, o que foi observado no quarto capítulo. Este pretendia tratar do terceiro objetivo específico deste trabalho, qual seja, apresentar as evidências de desaceleração recente da economia chinesa e, assim, apresentar os impactos da crise de 2008 nos principais indicadores econômicos chineses. Dentre os indicadores apresentados, vale destacar o resultado mais brando pós-2008 de algumas variáveis, como crescimento do PIB, taxas de poupança e investimento, exportações e importações, além de menores superávits em conta corrente. Vale salientar a crescente participação do PIB chinês no PIB mundial, mais expressiva em PPC, bem como sua taxa de crescimento e participação nas exportações de mercadorias globais, que são consideravelmente maiores do que as observadas nas outras economias. Ainda, movimentos importantes são observados, como o maior valor adicionado do setor de serviços e a maior contribuição para o PIB do consumo doméstico.

A necessidade de rebalanceamento, frente ao contexto trazido nos capítulos anteriores, torna-se, assim, uma realidade. O capítulo cinco, portanto, investigou o quarto objetivo específico e tema central do presente trabalho, ou seja, os impactos do rebalanceamento do crescimento econômico chinês para sua própria economia, além de seus desdobramentos para a economia mundial. Tal qual foi observado, internamente estão sendo feito progressos em direção a um modelo de crescimento mais intensivo em consumo e no setor de serviços, em detrimento das exportações e dos investimentos, em que pese as taxas deste ainda manterem-se altíssimas – o que é corroborado pelos indicadores apresentados no quarto capítulo. Externamente, espera-se que no curto prazo os impactos sejam, no geral, negativos, especialmente para as economias asiáticas e para os produtores de commodities. Ainda assim, a análise dos dados permite presumir que, a médio prazo e longo prazo, um crescimento mais equilibrado e sustentável na China apresente implicações positivas para a economia mundial.

Dessa forma, conclui-se que o processo de rebalanceamento do crescimento econômico chinês é um processo dinâmico em curso e que não deverá alterar de forma significativa a inserção da China no comércio internacional – talvez apenas em termos de composição da pauta de importação e exportação. Confirma-se, portanto, a hipótese de que o rebalanceamento não implica necessariamente um retraimento da participação chinesa na economia internacional. Pelo contrário, as consequências desse processo para a economia mundial, no geral, tendem a ser benéficas no longo prazo, podendo até mesmo a fomentar maiores fluxos internacionais chineses. Alterações internas no modelo de crescimento econômico devem ser aprofundadas, como a maior contribuição do consumo doméstico e do valor adicionado dos serviços para o produto chinês, bem como o avanço na cadeia global de valor.

Por fim, cabe destacar as limitações do presente trabalho. Grande parte dos estudos das implicações, internas e externas, do rebalanceamento chinês parte da análise de estimativas – em parte, por ser um fenômeno em curso e recente, o que dificulta a análise. Os impactos aqui apresentados são, muitas vezes, distintos conforme as opções metodológicas adotadas pelos autores citados. Portanto, não se pode afirmar com certeza quais os impactos do rebalanceamento, para além daqueles já empiricamente percebidos – como o quadro de desempenho adaptado de Zhang (2016) e a queda nas importações, ambos já observados. Isto posto, sugere-se que futuros estudos continuem dedicando-se a estudar as implicações do rebalanceamento chinês para a economia mundial, bem como aprofundem a análise sobre os impactos do rebalanceamento para a política externa chinesa, sua inserção internacional e para sua condição de potência no Sistema Internacional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGANG, Hu. Embracing China's "New Normal": Why the Economy Is Still on Track. In: **Foreign Affairs**, 8, may/june 2015. Disponível em:

<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/embracing-chinas-new-normal>
Acesso em 03 de Julho de 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION – APEC. Member Economies. 2017. Disponível em <http://www.apec.org/About-Us/About-APEC/Member-Economies> Acesso em 10 de junho de 2017.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS – ASEAN. ASEAN Member States. 2017. Disponível em <http://asean.org/asean/asean-member-states/> Acesso em 10 de junho de 2017.

BIJIAN, Zheng. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. **Foreign Affairs**. 2005

CHANG, Ha-Joon. **Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CARLETTI, Anna. A China, os BRICS e os países em desenvolvimento. **Carta Internacional**, vol 8, n. 2. Associação Brasileira de Relações Internacionais: jul – dez, 2013, p. 20-37.

COHEN, Benjamin J. The China Question: can the rise of the Middle Kingdom be accommodated? In Helleiner, Eric. Kirshner, Jonathan (Ed.). **The Great Wall of Money: Power and Politics in China's International Monetary Relations**, September 2013.

CUNHA, Andre Moreira. A ascensão da China à condição de potência econômica : há algo de novo no "modelo asiático"?. In: Encontro Nacional de Economia Política. **Anais**. João Pessoa: SEP, 13 mai 2008. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30326>> . Acesso em: 27 set 2016.

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na nova ordem internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, nov. 2011, p. 9-29.

CUNHA, Andre Moreira.; ACIOLY, Luciana. China: ascensão à condição de potência global: características e implicações. In: CARDOSO, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko (Org.). **Trajetórias recentes de desenvolvimentos**. Brasília: Ipea, 2009.

CUNHA, André Moreira. BICHARA, Julimar da Silva. LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi. América Latina y el ascenso de China: una perspectiva desde Brasil. **América Latina Hoy**, 65. Ediciones Universidad de Salamanca: 2013, p. 185-207.

CHINA. Central Committee of the Communist Party of China. The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of The People's Republic of China 2016 – 2020. Beijinh, China. 07 de dezembro e 2016a. Disponível em: <http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/> Acesso em 27 de junho de 2017.

CHINA. An Overview of the 13th Five-Year Plan. 07 de dezembro de 2016b. Disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201612/t20161207_829923.html Acesso em 27 de junho de 2017.

DINIZ, Célia Regina. SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia Científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

DIZIOLI, Allan. HUNT, Benjamin. MALISZEWSKI, Wojciech. Spillovers from the Maturing of China's economy. **IMF Working Paper** – WP/16/212. International Monetary Fund: november, 2016.

FAIRBANK. John King. GOLDMAN, Merle. **China: a new history**. Cambridge, Massachussets: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**: revista de economia heterodoxa, nº 8, ano VI, Rio de Janeiro, 2007, p. 77 – 106.

FOOT, Rosemary. Estratégias chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: HURREL, Andrew... [et al.]. **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FORSTER, Magdalena. China rebalancing: Blessing and curse for Latin America. **Deutsche Bank Research**: Research briefing: emerging markets, Mar., 2015

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 de out. de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAWE, Linda. WAGNER, Helmut. The People's Republic of China in the Middle-Income Trap? **ADB Working Paper**, nº 749. Tokyo: Asian Development Bank Institute, June 2017. Disponível em: <https://www.adb.org/publications/prc-middle-income-trap>. Acesso em 22 de julho de 2017.

HOFMAN, Bert. KUJIS, Louis. Rebalancing China's Growth. **Conference on China's Exchange Rate Policy**. Peterson Institute for International Economics: 19 de outubro de 2007.

HONG, Gee Hee. LEE, Jaewoo. LIAO, Wei. SENEVIRATNE, Dulani. China and Asia in Global Trade Slowdown. **IMF Working Paper** – WP/16/105. International Monetary Fund: may, 2016.

HUANG, Yiping. Transition of China's Growth Model and Implications for the world. In: International Economic Association World Congress. Paper prepared for the ADBI Invited Session: Can Asia Sustain Growth? On 8 June 2014 at the International Economic Association World Congress, Amman, Jordan, 2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. World Economic Outlook Databases. 2017a. Disponível em <http://www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=28> Acesso em 04 de junho de 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP). 2017b. Disponível em <http://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52> Acesso em 04 de junho de 2017.

JACQUES, Martin. **When China Rules the World:** The end of the western world and the birth of a new global order. New York: Penguin Books, 2012.

KANG, Joong Shik. LIAO, Wei. Chinese Imports: what's behind the slowdown? **IMF Working Paper** – WP/16/106. International Monetary Fund: may, 2016.

KHANNA, Parag. **O segundo mundo:** impérios e influência na nova ordem global. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KHARAS, Homi. KOHLI, Harinder. What is the Middle Income Trap, Why do Countries Fall into it, and How Can it be Avoided? In: **Global Journal of Emerging Market Economies**, 3, 3. Los Angeles, New Delhi, Washington DC: SAGE Publications, 2011. Pg. 281 – 289.

KIREYEV, Alexei. LEONIDOV, Andrei. China's Imports Slowdown: Spillovers, Spillins, and Spillbacks. **IMF Working Paper** – WP/16/51. International Monetary Fund: march, 2016.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** São Paulo: Saraiva, 2012.

LARDY, Nicholas. China: Toward a consumption-driven growth path. **Peterson Institute for International Economics Working Paper** No. PB06-6, 2006

LAKATOS, Csilla. MALISZEWKA, Maryla. OSORO-RODARTE, Israel. GO, Delfin. China's slowdown and rebalancing: potential growth and poverty impacts on Sub-Saharan Africa. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 7666, 2016

LI, You. QUINGGUO, Jia. China's Re-emergence and Its Foreign Policy Strategy. In: SHENG, Joseph Y.S. (ed.). **China Review.** Hong Kong: Chinese University Press, 1998, p.128.

LI, Xiaojun. China as a trading superpower. IN: KITCHEN, Nicholas *et al.*. China's geoeconomic strategy. SR012. **LSE IDEAS**, The London School of Economics and Political Science, London, UK. 2012. 25-32.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** 2ª Ed. Rev. E atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. O Brasil, os BRICS e a internacionalização do conflito. **Mesa Redonda: o Brasil, os Brics e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, p.175-186.

MADDISON, Angus. **The World Economy: A Millennial perspective**. Development Centre Seminars. Organisation for Economic Co-operation and Development.2001.

MADDISON, Angus. **Chinese Economic Performance in the Long Run**. Development Centre Studies. Organisation for Economic Co-operation and Development. 1998.

MANO, Rui C. Quantifying the Spillovers from China rebalancing using a multi-sector Ricardian trade model. **IMF Working Paper** – WP/16/219. International Monetary Fund: september, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª Ed. São Paulo, Atlas, 2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n 1, jan/mar 2015, p. 28 – 42.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. [200-]. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos> Acesso em 27 de Maio de 2017.

MORRISON, Wayne M. China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States. Conferential Research Service: **CRS Report 7-5700**. RL 335334. Estados Unidos, 21 de Outubro de 2015.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA – NBS. China Statistical Yearbook. 2016. Disponível em< www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm> Acesso em 04 de junho de 2017.

NAIDIN, Leane C. BRANDÃO, Fernanda. VIANA, Manuela Trindade. **Policy Brief: O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS**. BRICS Policy Center: fevereiro de 2012.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. The MIT Press: Cambridge, Massachussets, 2007.

NAUGHTON, Barry. The New Common Economic Program: China's Eleventh Five Year Plan and What It Means. **China Leadership Monitor**, nº 6. Outubro de 2005.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n 2, abril-junho/2010, p.201-218.

NYE, Joseph S., Jr. Will the liberal order survive? The history of an idea. **Foreign Affairs**, Jan.Feb. 2017, p. 10.

THORBECKE, Willem. How Would a Slowdown in the People's Republic of China Affect its Trading Partners? **ADB Working Paper Series**, nº 634. Tokyo: Asian Development Bank Institute, January 2017. Disponível em: <https://www.adb.org/publications/how-would-slowdown-prc-affect-its-trading-partners>. Acesso em 22 de julho de 2017.

PAUTASSO, Diego A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. **Boletim Meridiano** 47 vol.16, n. 149, p.12-19. 2015

PAUTASSO, Diego. China e Rússia e a integração asiática: O sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica. **Revista Conjuntura Austral**, v.2, n.5. Porto Alegre. 2011.

PAUTASSO, Diego. **China e Rússia no pós-guerra fria: inserção internacional e transição sistêmica**. Curitiba: Juruá, 2012.

PAUTASSO, Diego. OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, mai/ago. 2008, p. 361 – 398.

PETTIS, M. China's September data suggest that the long term overcapacity problem is only intensifying. **EcoMonitor**, 21 outubro de 2009. Disponível em: <http://www.ecomonitor.om.br/blog/2009/10/chinas-september-data-suggest-that-the-long-term-overcapacity-problem-is-only-intensifying/>

PINTO, Eduardo Costa. O eixo sino-americano as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. PINTO, Eduardo Costa. ACIOLY, Luciana (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China – a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, 2005, p. 70 – 85.

RAMO, Joshua Cooper. The Beijing Consensus. **The Foreign Policy Centre: London, 2004**. Disponível em <http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf> Acesso em 20 de junho de 2017.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6 Ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SUKUP, Viktor. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 45, vol. 2, 2002, p. 82 – 113.

SANTOS, Leandro Teixeira dos. MILAN, Marcelo. A Trajetória Recente da Economia Chinesa: desequilíbrios macroeconômicos, rebalanceamento e implicações mundiais. In: III

Congresso Internacional de Relações Internacionais de Pernambuco (CIRIPE), 2016, Recife/Pernambuco. Anais eletrônico, 2016, p.1-20.

SCHELLEKENS, Philip *et al.*. A changing China: implications for developing countries. **World Bank-Economic Premise**, n. 118, p. 1-9, 2013.

SCHERER, André Luis. A Nova Estratégia de Projeção Geoconômica da China e a Economia Brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n.129, p.35-51, julho/dezembro de 2015

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. UNCTADstat. 2015. Disponível em <http://unctadstat.unctad.org/EN/> Acesso em 04 de junho de 2017.

VADELL, Javier. RAMOS, Leonardo. NEVES, Pedro. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network Power. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 57, edição especial, 2014, p.91 – 107.

VAZ-PINTO, Raquel. A Grande Guerra e a ascensão da Ásia – a China e o Japão. **Relações Internacionais**. Lisboa, n. 24, jun 2014a, p. 107 – 116.

VAZ-PINTO, Raquel. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, edição especial, 2014b, p.210 - 224.

VERGERON, Karine Lisbonne de. The impact of China's economic situation on Europe. **Fondation Robert Schuman, European Issues** n°376, Dez. 2015. P. 1-5.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A Novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n° suplementar: 131 – 141, novembro de 2011a.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O dragão chinês e o elefante indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011b.

VIZENTINI, Paulo. RODRIGUES, Gabriela. **O dragão chinês e os tigres asiáticos**. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WANG, Hongying. China's Long March Toward Economic Rebalancing. **CIGI Policy Brief**, n. 38. The Centre for International Governance Innovation: Canada, 2014.

WORLD BANK – WB. World Bank Open Data. 2015. Disponível em <http://data.worldbank.org/>. Acesso em 04 de junho de 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. WTO Statics Database. 2015. Disponível em <http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=> Acesso em 04 de junho de 2017.

WU JIGLIAN. *Understanding and interpreting Chinese economic reform*. Mason: Thomson, 2005.

ZHAI, Fan. MORGAN, Peter. Impacto f the People's Republico f China's Growth Slowdown on Emergind Asia: A General Equilibrium Analysis. **ADB Working Paper Series**, n° 560.

Tóquio: Asian Development Bank Institute, March, 2016. Disponível em: <http://www.adb.org/publications/impact-prc-growth-slowdown-emerging-asia-general-equilibrium/>. Acesso em 22 de julho de 2017.

ZHANG, Longmei. Rebalancing in China – Progress and Prospects. **IMF Working Paper** – WP/16/183. International Monetary Fund: september, 2016.

ZHAO, Suisheng. The Making of China's Periphery Policy. In: ZHAO, Suisheng (ed.). **Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior**. An East Gate Book: United States of America, 2004.